

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
BACHARELADO EM POLÍTICAS PÚBLICAS

**A INTERIORIZAÇÃO DOS VENEZUELANOS: ATUAÇÃO DO PODER PÚBLICO
MUNICIPAL NO PROCESSO DE INTEGRAÇÃO LOCAL DURANTE O
ACOLHIMENTO EM CACHOEIRINHA (RS).**

Carmel Silveira

Porto Alegre

2019

CARMEL SILVEIRA

A Interiorização dos venezuelanos: atuação do poder público municipal no processo de integração local durante o acolhimento em Cachoeirinha (RS).

Trabalho de conclusão de curso de graduação apresentado ao Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharela em Políticas Públicas.

Orientadora: Prof.^a Dra. Patrice Schuch

Porto Alegre

2019

CIP - Catalogação na Publicação

Silveira, Carmel

A Interiorização dos venezuelanos: atuação do poder público municipal no processo de integração local durante o acolhimento em Cachoeirinha (RS). / Carmel Silveira. -- 2019.

78 f.

Orientador: Patrice Schuch.

Trabalho de conclusão de curso (Graduação) -- Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Curso de Políticas Públicas, Porto Alegre, BR-RS, 2019.

1. integração local. 2. Interiorização. 3. migrações venezuelanas. 4. políticas públicas. I. Schuch, Patrice, orient. II. Título.

CARMEL SILVEIRA

**A INTERIORIZAÇÃO DOS VENEZUELANOS: ATUAÇÃO DO PODER PÚBLICO
MUNICIPAL NO PROCESSO DE INTEGRAÇÃO LOCAL DURANTE O
ACOLHIMENTO EM CACHOEIRINHA (RS).**

Trabalho de conclusão de curso de graduação apresentado ao Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharela em Políticas Públicas.

Orientadora: Prof.^a Dra. Patrice Schuch

Banca Examinadora

Data de apresentação: ____/____/____

Prof.^a Dra. Patrice Schuch - Orientadora
UFRGS

Prof. Dr. Fabian Scholze Domingues
UFRGS

Prof.^a Ma. Aline Passuelo de Oliveira
Universidade de Caxias do Sul

AGRADECIMENTOS

Dedico esse trabalho em especial para a minha querida família, meus pais (Marlene e Cecílio) e meu irmão Thomas. Também dedico aos integrantes do Grupo de Assessoria a Imigrantes e a Refugiados (GAIRE), uma experiência transformadora e de imensurável contribuição de extensão da universidade pública para a sociedade.

Com a incessante dedicação aos direitos humanos, o GAIRE foi, ao longo da minha graduação, uma incrível jornada de aprendizados. Mudou minha trajetória acadêmica e profissional, desde o primeiro dia em que passei a integrar o grupo, em maio de 2017. Tantas trajetórias acompanhadas de migrantes e refugiados no Brasil, de integrantes e assistidos que me ensinaram tanto a cada encontro de terça-feira dos últimos dois anos. Cada integrante carrega em si um pedaço do grupo, da interdisciplinaridade, das vivências coletivas, das trocas, dos grupos de trabalho, das imersões, das formações e apresentações.

Salve, Salve, TVE e FM Cultura! Agradeço ao apoio e amizade dos colegas da TV Educativa e FM Cultura, que estiveram ao meu lado durante todos esses anos de trabalho e, simultaneamente, de estudos na UFRGS. Foi emocionante estar presente e fazer parte dos 45 anos da TVE e dos 30 anos da FM Cultura em 2019, após bravamente lutarmos e resistirmos pela continuidade das nossas emissoras públicas nos últimos anos. Nesse momento que termino a faculdade, também encerrarei esse ciclo. A TVE foi a mais importante missão da minha carreira como realizadora audiovisual. Foram cinco anos de braços abertos para essa experiência profissional, como uma das únicas diretoras de imagens da televisão brasileira e, na casa, a única mulher a trabalhar no setor técnico da TVE. Foram muitas horas de programação local no ar, sendo em muitos momentos a única emissora gaúcha a estar de telas abertas para a cena cultural do Rio Grande do Sul, uma contribuição importantíssima para a economia criativa do Estado.

Foi gratificante fazer parte da história dessa emissora, que também em muitos momentos me oportunizou aprender sobre a atuação do Estado em diversas esferas. Oportunizou-me outros olhares ao dirigir os programas “no ar”: o conhecimento acadêmico e científico sempre presentes nos temas do Frente a Frente; a mobilização de pessoas, organizações e redes para uma sociedade mais justa e sustentável do Cidadania; a oportunidade de vivenciar a cena cultural dos programas diários Estação Cultura e Radar, que estão no ar há mais de 20 anos. Agradeço, em especial, à minha equipe pelas rodas de chimarrão, que começaram para acompanhar as passagens de som das atrações musicais do Estação Cultura, Radar e Galpão Nativo, e tornaram-se momentos esperados do dia para a

partilha da amizade.

Agradeço, então, aos queridos amigos que me acompanharam durante o curso e ao longo da escrita deste trabalho, citados brevemente a seguir.

O apoio de sempre das irmãs-amigas Mariana, Eduarda, Renata e Stéphanie, além dos amigos-compartilhados Andressa, Camila, Eduardo, Dreison, Mateus, Lane, Tamara e Maurício. A partilha das amigas Amanda, Bhia, Luana, Marcelle, Patrícia e Tanise. A grande jornada com as raparigas-amigas do intercâmbio acadêmico em Portugal: Andresa, Andressa, Rebeca, Victória e Deisi.

Gaireanas e gaireanos, entre os que hoje atuam ou que seguem participando à distância espalhados pelo mundo, e que me inspiram também a seguir adiante. Do GAIRE para a vida, agradeço aos que passaram pelo grupo durante as minhas terças compartilhadas: Ana Júlia, Ane, Marina P., Êmily, Joana, Amanda, Bárbara, Bibiana, Bruna, Bruno, Clarice, Clarícia, David, Eduardo, Felipe, Gabriela, João, João Pedro, Karina, Marina N., Moara, Nathalia, Ana Sophia, Sofia, Vanito, Vitória, Josi, Gabriel, Lisiane, Fernando, Giulia, Laura, Thaís, Márcia, Laura e nossa coordenadora Roberta Baggio; e agradeço também aos amigos-estendidos: Adriano, Matar, Mike e Mor.

As queridas mulheres profissionais que me proporcionaram ricas vivências ao longo dos estágios e do trabalho voluntário com refugiados. Obrigada pelos ensinamentos, Camila, Carla, Fátima, Jane, Karin, Raquel e Susana.

Aos colegas amigos da TVE e FM Cultura: Diego, Vinícius, Josemar, Igor, Daniel, Bruna, Mariana, Domício, Fabi, Alencar, Mário, Alan, Alexandre, Antônio Carlos Detetive, Sanna, Bernardo, Tiago, Fábio, Gabriel, Luciano, Newton, Vera, Cristian, Filipe, Gilson, Clóvis, Raniele, Leonardo, Lau, Casca, Tabajara, Fábio, Ildyo e Eduardo.

Aos excelentes professores e discentes das Políticas Públicas. Não poderia deixar de mencionar, em especial, os futuros ou já Analistas de Políticas Públicas: Alan, Thaciely, Denise, Ana, Ana Clara, Carl, Daniel, Giovana, Keilon, Luis e Stéphanie, que me acompanharam ao longo desses quatro anos e meio de faculdade.

"Migrar, com todos os riscos que isto implica, explica-se simplesmente porque a busca de felicidade é inerente ao ser humano"

Deisy Ventura

RESUMO

Essa pesquisa tem como tema o fluxo migratório venezuelano para o Brasil e apresenta a Interiorização - ação do governo brasileiro de realocação dos venezuelanos chegados em Roraima para outros estados brasileiros. Cachoeirinha foi uma das cidades no Rio Grande do Sul que participou da modalidade abrigo da Interiorização. A pesquisa busca analisar a atuação da gestão pública desse município no processo de integração local durante o acolhimento da Interiorização dos migrantes venezuelanos recepcionados na cidade. A partir da análise documental, o trabalho sistematiza as informações sobre o processo de Interiorização (atores políticos envolvidos, etapas de realização, modalidades de Interiorização e, em especial, o detalhamento sobre a realocação pela modalidade abrigo). A partir de referencial teórico sobre o processo de integração local de migrantes e refugiados, da realização de saída de campo e de entrevista, o trabalho analisa a trajetória das ações realizadas pela gestão municipal para a construção do processo de integração local dos migrantes venezuelanos durante os seis meses de funcionamento do abrigo. As dimensões das ações que acompanharam o abrigamento são de ordem: normativa, social, laboral, educacional, habitacional, da saúde e assistência social. Ainda que o conhecimento sobre o tema das migrações pelo poder público municipal tenha sido desenvolvido durante o acolhimento aos migrantes venezuelanos, o foco de atuação foi pautado pelas demandas do grupo, sobretudo em relação à questão laboral, principal urgência apresentada como ação de curto prazo. Apesar da priorização de ações de cunho laboral, o desenvolvimento da integração local nessa dimensão envolveu diversos desafios, como a falta de meios de comprovação de escolaridade, a inserção precária dos migrantes no mercado de trabalho, situações de subemprego, informalidade e exploração. Na análise, foi observado maior ênfase na atenção à saúde e assistência social, mas, por outro lado, a gestão deveria ter realizado mais ações para desenvolver a dimensão social durante o período de acolhimento. Por fim, a realização da Interiorização sensibilizou o poder público local para o tema das migrações e, apesar do fim do acolhimento no abrigo, há indícios de que planeja-se expandir os atendimentos às demais comunidades migrantes que vivem no município.

Palavras-chave: Políticas Públicas; Migrações Venezuelanas; Interiorização; integração local.

ABSTRACT

This research focuses on the Venezuelan migration flow to Brazil by presenting the process of Interiorization, which consists on the relocation of Venezuelans by Brazilian government, from Roraima to other states of the country. Cachoeirinha, a city in the state of Rio Grande do Sul, participated in the Interiorization and this research aims to analyze the performance of the municipal public authority of this city in the process of local integration during the reception of the Venezuelan migrants. From the documentary analysis, this undergraduate dissertation systematizes the information about the process of relocation (actors involved, stages of implementation, general types, and, in particular, details on the shelter type of the Interiorization). Through theoretical references on the process of local integration of migrants and refugees and through field observation and interview, this paper analyzes the trajectory of actions carried out by the municipal public authority in the development of local integration of the Venezuelan migrant throughout the period of six months of the shelter operation. This shelter operation involved normative, health and social security, labor, educational, social and housing dimensions. Although the knowledge on Migrations was developed by municipal public authority during the very experience of hosting the Interiorization, its action was based on demands presented by the group of Venezuelan migrants, which focused on the labor integration as its main urgency for the short term. However, the development of local integration in the labor dimension has involved challenges, like lack of proof of formal education, poor insertion of these migrants in the labor market, underemployment, informal employment and exploitation. In the analysis process, it was observed a greater emphasis on health care and social assistance, but, on the other hand, it is observed that the municipal public authority could have carried out more actions to develop the social dimension during the shelter period. Finally, the execution of the Interiorization sensitized the municipal public authority on migrations and, despite the end of the shelter management, there are indications that local actor plans to expand its assistance to other migrant communities that live in the municipality.

Keywords: Public Policy; Venezuelan migrations; Interiorization; Local integration.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

| | |
|-------------|---|
| ACNUR | Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados |
| ASAV | Associação Antônio Vieira |
| BPC | Benefício assistencial ao idoso e à pessoa com deficiência |
| CONARE | Comitê Nacional para os Refugiados |
| COMIRAT/POA | Comitê Municipal de Atenção aos Imigrantes, Refugiados, Apátridas e Vítimas do Tráfico de Pessoas |
| CRAS | Centro de Referência de Assistência Social |
| EJA | Educação de Jovens e Adultos |
| ESF | Estratégia da Saúde da Família |
| FPMH | Fórum Permanente de Mobilidade Humana |
| FAB | Força Aérea Brasileira |
| GAIRE | Grupo de Assessoria a Imigrantes e Refugiados |
| INSS | Instituto Nacional do Seguro Social |
| MDS | Ministério do Desenvolvimento Social |
| OIM | Organização Internacional para as Migrações |

| | |
|-------|--|
| ONU | Organização das Nações Unidas |
| RNM | Registro Nacional Migratório |
| SAJU | Serviço de Assessoria Jurídica Universitária |
| SINE | Sistema Nacional de Emprego |
| SUS | Sistema Único de Saúde |
| UFRGS | Universidade Federal do Rio Grande do Sul |
| UNFPA | Fundo de População das Nações Unidas |

LISTA DE FIGURAS

| | |
|---|----|
| Figura 1. Estrutura organizacional das ações federais de Assistência Emergencial..... | 33 |
| Figura 2. Modalidades da Interiorização..... | 37 |
| Figura 3. Venezuelanos interiorizados no Brasil (abril a novembro de 2018)..... | 38 |
| Figura 4. Modalidades da Interiorização (abril de 2018 a março de 2019). | 39 |
| Figura 5. Gênero e idade de beneficiários da Interiorização (abril de 2018 a março de 2019). | 40 |
| Figura 6. Tipo de viagem realizada por beneficiários da Interiorização (abril de 2018 a março de 2019)..... | 40 |
| Figura 7. Saída de voos da FAB (abril de 2018 a março de 2019)..... | 41 |
| Figura 8. Saída de voos comerciais (setembro de 2018 a março de 2019). | 41 |
| Figura 9. Fachada do Abrigo Centro Humanitário Nossa Gente..... | 45 |

SUMÁRIO

| | |
|---|-----------|
| 1. INTRODUÇÃO | 15 |
| 2. REFERENCIAL TEÓRICO | 18 |
| 2.1 Definindo integração local..... | 18 |
| 2.2 Processo de integração local..... | 20 |
| 3. METODOLOGIA..... | 25 |
| 4. A INTERIORIZAÇÃO DOS VENEZUELANOS..... | 30 |
| 4.1 Contexto: fluxo migratório venezuelano em Roraima | 30 |
| 4.2 Apresentação da Interiorização | 34 |
| 4.3 Atores políticos | 35 |
| 4.4 Critérios de participação | 36 |
| 4.5 Modalidades..... | 36 |
| 4.6 Etapas de realização | 37 |
| 5. A INTERIORIZAÇÃO: MODALIDADE ABRIGO | 42 |
| 5.1 Primeira fase: Planejamento | 42 |
| 5.2 Segunda fase: Execução..... | 44 |
| 6. A INTERIORIZAÇÃO EM CACHOEIRINHA | 45 |
| 6.1 Relato de acompanhamento da visita ao abrigo. | 46 |
| 6.2 Relato da equipe de gestão do abrigo..... | 49 |
| 6.2.1 Preparativos e operacionalização para a Interiorização | 49 |
| 6.2.2 O acolhimento aos venezuelanos | 50 |
| 6.2.3 Funcionamento do acolhimento | 53 |
| 6.2.4 Fim da Interiorização | 55 |
| 7. ANÁLISE DA INTERIORIZAÇÃO..... | 57 |
| 7.1 A construção da integração local pela Interiorização | 57 |
| 7.2 As dimensões do processo de integração local | 59 |

| | | |
|--------------|---|-----------|
| 7.2.1 | Identificação de demandas e expectativas | 59 |
| 7.2.2 | Dimensão normativa | 60 |
| 7.2.3 | Dimensão da saúde e assistência social | 61 |
| 7.2.4 | Dimensão laboral..... | 62 |
| 7.2.5 | Dimensão educacional..... | 66 |
| 7.2.6 | Dimensão social | 67 |
| 7.2.7 | Dimensão habitacional | 69 |
| 7.3 | Legado para a cidade..... | 69 |
| 8. | CONSIDERAÇÕES FINAIS | 71 |
| | REFERÊNCIAS | 74 |

1. INTRODUÇÃO

Este trabalho tem como temática o fluxo migratório venezuelano no Brasil. Apresenta a Interiorização, uma ação do Governo Federal de realocação voluntária para migrantes venezuelanos que estão em Roraima para outros estados brasileiros. Cachoeirinha foi uma das cidades de destino no Rio Grande do Sul, que acolheu os migrantes venezuelanos através da participação na modalidade abrigo da Interiorização.

A pesquisa busca responder de que maneira o poder público municipal desenvolveu a integração local dos migrantes venezuelanos durante o acolhimento da Interiorização em Cachoeirinha. Para isso, a análise aqui proposta será feita sobre a atuação da gestão municipal no processo de integração dos migrantes venezuelanos ao longo dos seis meses de funcionamento do abrigo da Interiorização na cidade.

Os objetivos específicos desta pesquisa são: a) Sistematizar informações sobre o processo de Interiorização, atores envolvidos, critérios de participação, modalidades e etapas de realização; b) Identificar as demandas de acolhimento da Interiorização em Cachoeirinha; c) Investigar as percepções da gestão municipal sobre sua participação na modalidade Abrigo da Interiorização; d) Traçar o percurso de ações realizadas pela gestão municipal para a integração local ao longo dos seis meses de funcionamento do abrigo.

A Organização das Nações Unidas (ONU) reconhece o fluxo migratório venezuelano como o maior deslocamento populacional da história recente da América Latina. Segundo o portal operacional conjunto do Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR) e da Organização Internacional para as Migrações (OIM), em junho de 2019, há mais de 4 milhões¹ de migrantes, refugiados e solicitantes de refúgio venezuelanos no mundo – sendo América Latina e Caribe responsáveis por receber a maior parte deste número.

No Brasil, conforme o Plano Regional de Resposta para pessoas refugiadas e migrantes da Venezuela, um documento conjunto do ACNUR e da OIM (2019a), o principal local de chegada tem sido o estado de Roraima, por ser o único estado fronteiriço acessível por terra. Ainda consta no Plano Regional de Resposta, do ACNUR e da OIM (2019a), que pessoas chegam em condições de grave vulnerabilidade e com necessidade urgente de assistência humanitária. Precisam de auxílio quanto à documentação, abrigamento, alimentação e atendimentos de saúde, sendo esses serviços oferecidos pelo Governo Federal,

¹ Esse dado está em constante atualização no portal operacional *Respuesta a los Venezolanos – Plataforma de Coordinación para Refugiados y Migrantes de Venezuela*. A informação pode ser encontrada no link: <http://r4v.info/es/situations/platform>. Acesso em: 20 jun. 2019.

ACNUR, OIM e parceiros. Em abril de 2019, o ACNUR e a OIM (2019a) descrevem no Plano Regional de Resposta que “desde 2016, mais de 88.900 venezuelanos chegaram ao Brasil. Desses, 65.600 são solicitantes de refúgio e 23.300 têm pedido de autorização de residência temporária e, desde novembro de 2018, há uma média de 400 a 500 pessoas ingressando no Brasil por dia” (ACNUR; OIM, 2019a, tradução nossa).

Conforme Fonseca (2019), o desenvolvimento da estratégia de Interiorização dos venezuelanos começou em abril de 2018. Desde então, as realocações continuam sendo implementadas por etapas de realização em diversas cidades brasileiras, através do trabalho do Comitê Federal de Assistência Emergencial. No momento, a estratégia de Interiorização ainda está em curso em diversas cidades brasileiras.

Ressalta-se que ainda há poucas pesquisas acadêmicas e publicações que a investigam e analisam. Isso impôs certas limitações de revisão bibliográfica sobre a ação em si, e tal fato restringiu também a possibilidade de realização de estudos comparativos sobre resultados alcançados sobre integração local nas diversas cidades brasileiras que acolheram os migrantes venezuelanos interiorizados pelo Governo Federal.

Esta pesquisa visa contribuir para a construção de um histórico sobre a Interiorização em uma das cidades de destino, ao registrar e descrever os principais pontos sobre o funcionamento da estratégia da Interiorização. Também pretende indicar e discutir a atuação e as interações de um governo local ao participar da Interiorização, e sobre seu envolvimento com a temática das migrações e na construção da integração local de migrantes e refugiados.

Meu interesse pelo tema surgiu após a realização de estágios obrigatórios do curso de Políticas Públicas na Associação Antônio Vieira (Asav), instituição que implementa o Programa de Reassentamento de Refugiados no Brasil, e de trabalho voluntário no escritório do Comitê Nacional para os Refugiados (CONARE) em Porto Alegre. Essas experiências me oportunizaram aprender e questionar sobre o processo de integração local de refugiados.

Além disso, integrar o Grupo de Assessoria a Imigrantes e a Refugiados (GAIRE) possibilitou minha participação em espaços de discussão e mobilização da rede de atores políticos locais que atuam com o atendimento a migrantes e refugiados, como o Fórum Permanente de Mobilidade Humana (FPMH/RS) e do Comitê Municipal de Atenção aos Imigrantes, Refugiados, Apátridas e Vítimas do Tráfico de Pessoas (Comirat/POA). Previamente a adesão de cidades gaúchas à Interiorização, muito se discutiu sobre a chegada de venezuelanos ao Rio Grande do Sul, sobre as possibilidades de integração e para a construção de uma atuação conjunta da rede para o acolhimento nas cidades gaúchas.

Este trabalho contempla a perspectiva do ator político local e dos agentes municipais

que atuaram no abrigo da Interiorização durante o processo de integração local dos venezuelanos recepcionados. Devido à limitação temporal para seu desenvolvimento, não será abordada a Interiorização sob o olhar dos beneficiários da ação, o que ainda pode ser tema de análise para pesquisas futuras.

O trabalho está dividido em oito capítulos. O capítulo 2 traz o referencial teórico utilizado para o trabalho sobre a conceitualização e o processo de integração local de migrantes e refugiados. O capítulo 3 apresenta a metodologia utilizada para esta pesquisa. No capítulo 4, consta a apresentação geral sobre o processo de Interiorização, desde o contexto que levou a sua criação até os aspectos gerais, como os atores envolvidos, critérios de participação, modalidades e etapas de realização. O capítulo 5 trata especificamente sobre a realização da modalidade abrigo da Interiorização. O capítulo 6 apresenta a experiência de acolhimento da Interiorização na cidade de Cachoeirinha. O capítulo 7 apresenta uma análise sobre a construção do processo de integração local realizado durante o acolhimento no abrigo em Cachoeirinha. E, por fim, o capítulo 8 apresenta considerações relevantes desta pesquisa e prospecção de aspectos a serem exploradas sobre o tema.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

O capítulo apresenta como marco teórico a discussão de diversos autores sobre o conceito e o processo de integração local de migrantes e refugiados em uma nova sociedade receptora. Essa discussão abrange um processo de adaptação, inclusão e integralização de direitos e deveres em aspectos sociais e culturais, políticos e econômicos, entre outros.

“A imigração, como um fenômeno social, é protagonizada por indivíduos que, pelas mais diversificadas razões, inserem-se em outros países e permitem que suas histórias sejam modificadas a partir dessa experiência” (BERVIAN; ROSO, 2013, p. 230). Já Figueiredo e Zanellato (2016) apresentam que, ao chegar no novo país, os migrantes buscam se estabelecer e criar novas formas para reconstruírem suas vidas. Nesse sentido, as políticas públicas desempenham papel essencial nessa trajetória.

A cidade é elemento central na experiência de vida do migrante, já que em âmbito local se inicia a integração em uma nova sociedade e a construção da autonomia do migrante enquanto cidadão local. Independente de seu status migratório (se migrante ou refugiado), o tema da integração local é utilizado para tratar sobre o momento logo após sua chegada, a recepção e o acolhimento em uma nova comunidade, que pode ter uma realidade social, econômica, política e cultural até então desconhecida para os novos residentes.

2.1 Definindo integração local

A conceitualização da integração local utilizada no trabalho parte, primeiramente, da concepção do ACNUR, que apresenta o termo como “um processo complexo e gradual, com dimensões legais, econômicas, sociais e culturais, [...] impõe demandas consideráveis ao indivíduo e à sociedade que o acolhe²”. O ACNUR também considera a integração em uma comunidade no país de asilo como uma das soluções duradouras para que refugiados possam reconstruir suas vidas³.

Castles *et al.* (2002) enfatizam que não há um entendimento universal sobre o termo, e que os significados podem variar conforme o país e no decorrer do tempo, dependendo de um julgamento baseado em interesses, valores e perspectivas. O estudo sobre a vivência de refugiados em uma nova sociedade começou a partir de 1950, e Castles *et al.* (2002)

² A informação pode ser encontrada no link a seguir: <https://www.acnur.org/portugues/solucoes-duradouras/integracao-local>. Acesso em: 08 mar. 2019.

³ A informação pode ser encontrada no link a seguir: <https://www.acnur.org/portugues/solucoes-duradouras>. Acesso em: 08 mar. 2019.

desenvolvem um glossário de termos alternativos que já foram utilizados e que não satisfazem todos os lados e formatos relacionados à integração de migrantes e refugiados em uma nova sociedade. Os autores citam os termos: adaptação, assimilação, aculturação, estabelecimento, inserção, incorporação, exclusão e inclusão.

Crisp (2004) também conta que, embora o termo assimilação seja encontrado na Convenção das Nações Unidas sobre Refugiados de 1951, a comunidade internacional não compactua com a ideia de que refugiados devem deixar de lado sua cultura e adquirir os hábitos do novo país. Crisp (2004) considera que a integração local não é um processo assimilação por parte dos refugiados na sociedade que encontram asilo. Por isso, inclusive, o autor defende a utilização do termo integração local, de modo a respeitar suas identidades e para que eles possam viver harmoniosamente inseridos em uma nova sociedade. Kuhlman (1991), ao abordar a construção histórica sobre o termo, desenvolve uma definição ampliada sobre o assunto:

A integração pode então ser entendida como um processo de adaptação em que os migrantes mantêm a sua própria identidade, mas tornam-se parte da sociedade de acolhimento, na medida em que a população de acolhimento e os refugiados podem viver juntos de uma forma aceitável. (KUHLMAN, 1991, p. 7, tradução nossa)

Castles *et al.* (2002) problematizam a utilização do termo integração e identificam dois formatos distintos desenvolvidos. Inicialmente, seria um processo unilateral dos migrantes e refugiados se adaptarem ao modo de vida social e cultural da sociedade de acolhimento. Depois, como um conceito expandido, o processo é considerado como bidirecional, com a mudança de valores, regras e comportamentos dos migrantes e refugiados e também da sociedade. Essa segunda conceitualização “inclui o reconhecimento do papel da comunidade étnica e a ideia de que padrões sociais mais amplos e valores culturais podem mudar em resposta à imigração” (CASTLES *et al.*, 2002, p.116, tradução nossa).

Castles *et al.* (2002) afirmam ainda que pensar sobre integração significa explorar sobre questões como identidade, pertencimento, reconhecimento e autorrespeito. Os autores defendem a utilização do conceito de integração em uma utilização genérica, sabendo que o processo é permeado por diversas esferas, com velocidades, trajetórias e resultados variáveis.

A própria amplitude do processo de integração torna difícil defini-la de forma precisa. Integração de recém-chegados a uma sociedade acontece em todos os níveis e em todos os setores da sociedade. Isto envolve uma ampla gama de atores sociais: funcionários públicos, tomadores de decisão, empregadores, funcionários sindicais, colegas de trabalhadores, prestadores de serviços, vizinhos e assim por diante. Os imigrantes e os próprios refugiados desempenham um papel crucial no processo de integração. (CASTLES *et al.*, 2002, p. 116, tradução nossa)

Moreira (2014) desenvolve que “a ‘integração local’ faz referência ao processo que se desenvolve quando o refugiado passa a interagir em novo contexto, no país de destino, em meio à comunidade receptora” (MOREIRA, 2014, p. 88). Lussi (2015), ao tratar sobre políticas públicas relacionadas a migração e refúgio, faz uma importante contribuição quanto a esses aspectos:

Homens e mulheres migrantes apontam para um bem-estar que não se refere à igualdade, mas à mesma dignidade e garantia de direitos, na alteridade de situações e de condições que as políticas públicas não conseguem incluir se não considerarem as desigualdades de fato. (LUSSI, 2015, p. 143)

Portanto, o conceito de integração utilizado nesse trabalho não tem relação e não se caracteriza enquanto um processo unilateral por parte migrantes e refugiados, em que supostamente deveriam apenas aceitar a nova realidade e encaixar-se nessa estrutura social e cultural encontrada. Por isso, ressalta-se que migrantes e refugiados devem ser considerados como sujeitos integrantes, tendo a oportunidade de contribuir, interagir e compartilhar suas experiências na nova sociedade, enquanto são acolhidos com respeito a suas diferenças sociais e culturais.

2.2 Processo de integração local

Castles *et al.* (2002) consideram que a integração não pode ser considerada “um processo singular, universal, sequencial em etapas e ritmado regularmente, ao qual todos os imigrantes ou refugiados estão expostos.” (CASTLES *et al.*, 2002, p. 130, tradução nossa).

A integração é um processo de mão dupla: requer adaptação por parte do recém chegado, mas também da sociedade anfitriã. Integração de sucesso só ocorre se a sociedade anfitriã oferece acesso a empregos e serviços, e aceita o imigrante na interação social. Acima de tudo, a integração em uma democracia pressupõe a aquisição de direitos legais e políticos pelos novos membros da sociedade, para que possam se tornar parceiros igualitários. (CASTLES *et al.*, 2002, p. 117, tradução nossa)

Assim, essa descrição Castles *et al.* também é abordada por outros autores, que descrevem dimensões, domínios de atuação e áreas de interesse centrais para o acolhimento de migrantes e refugiados em uma nova sociedade de acolhida. Crisp (2004) identifica três dimensões para a integração local de refugiados: o processo legal (com o reconhecimento de seus direitos pelo Estado anfitrião, que podem levar a posterior aquisição de residência permanente e da nacionalidade); o processo econômico (com o estabelecimento de meios de

subsistência, tornando-se menos dependentes da ajuda estatal ou assistência humanitária); e o processo social (para que possam viver entre e com a população anfitriã, sem discriminação ou exploração pelas autoridades ou pessoas dessa sociedade).

Crisp (2004) enfatiza a natureza multidimensional da integração local e a caracteriza como um processo de construção real e prático. O autor exemplifica que a possibilidade de um grau máximo no processo legal da integração local pode acontecer quando o refugiado adquire a nacionalidade do país de asilo se assim deseja. Mas também há outras formas de encontrar um alto grau de integração local, e Crisp (2004) cita uma outra possibilidade, de que o refugiado pode exercer seus direitos no país anfitrião, ser autossuficiente economicamente e sem necessariamente adquirir a outra nacionalidade, e essas condições também caracterizam um processo com alto grau de integração.

O autor Penninx (2005) estipula que a integração local começa desde a chegada no novo país, pois desde esse momento o refugiado já precisa buscar por um lugar nessa sociedade. O autor exemplifica o processo em um sentido físico (moradia, emprego, renda, acesso a instalações de saúde e educação) e outro sentido sociocultural. Por isso, o autor desenvolve a ligação entre integração local e o conceito de cidadania, discutindo três dimensões: cidadania jurídica e política; cidadania socioeconômica; e cidadania cultural e religiosa. Penninx (2005) defende a utilização dessas dimensões para avaliar as políticas de integração desenvolvidas tanto por governos nacionais como locais.

A primeira dimensão discutida por Penninx (2005) é sobre se e em que estágio os migrantes são membros da sociedade com pleno direito político, se têm o direito à residência assegurado, e também sobre até que ponto os migrantes têm direitos e deveres políticos formais reconhecidos, e se esses são diferentes dos nacionais do país anfitrião. A segunda dimensão é em relação aos direitos na esfera socioeconômica, independentemente se adquirem a nacionalidade, o direito e acesso dos migrantes ao mercado de trabalho, assistência social, seguridade social, entre outros. A terceira dimensão trata sobre direitos culturais e religiosos, se na comunidade de acolhida são respeitados em suas diferenças, e se podem reunir-se como grupos culturais, étnicos ou religiosos.

O mesmo autor identifica ainda que a cidadania socioeconômica é prioritária, pois envolve o acesso ao mercado de trabalho, educação, habitação e saúde, devendo ser primeiramente atendida na integração local no curto prazo. Já as outras dimensões (política, cultural e religiosa), consideradas por ele como indispensáveis para a integração a longo prazo. Castles *et al.* (2002) também dividem aspectos de curto e longo prazo e consideram

que a integração começa desde o primeiro dia de chegada e que esse momento inicial pode influenciar outros aspectos posteriormente.

Penninx (2005) apresenta que políticas de integração são desenvolvidas em todos níveis, do nível local (governo local e cidades), nacional (países) e internacional. O autor destaca a importância da integração em nível local, “já que esse é o nível em que tais políticas têm de ser implementadas e são sentidas principalmente, tanto pelos próprios imigrantes quanto pelas partes da sociedade que são as mais afetadas pela imigração” (PENNINX, 2005, p. 137, tradução nossa).

Posteriormente, Ager e Strang (2008) também desenvolvem dimensões para avaliar a geração e manutenção da integração de refugiados e migrantes em comunidades locais. Os autores desenvolvem a análise a partir de quatro temas globais, divididos em domínios relevantes, e que a avaliação deve ser adaptada ao cenário local encontrado na sociedade anfitriã.

Os principais domínios da integração são propostos relacionados a quatro temas globais: conquista e acesso nos setores de emprego, habitação, educação e saúde; exercício e prática em relação à cidadania e direitos; processos de conexão social dentro grupos dentro da comunidade; e barreiras estruturais relacionadas a essa conexão social quanto à língua, à cultura e ao ambiente local. (AGER; STRANG, 2008, p. 166, tradução nossa)

Moreira (2014), ao analisar a extensa conceitualização e o processo de integração local, sintetiza esferas no processo de integração local: “a social, a cultural, a étnica, a religiosa, a econômica, a política, a psicológica, a espacial” (MOREIRA, 2014, p. 89). A autora complementa:

A integração deve ser entendida como um termo abrangente, abarcando um conjunto de processos em múltiplas esferas, cada qual possuindo seu próprio modo de operação e significado, desenrolando-se em temporalidades e trajetórias que lhes são peculiares e produzindo resultados variáveis. (MOREIRA, 2014, p. 90)

Moreira (2014) também traz, posteriormente, o detalhamento sobre as esferas a serem trabalhadas:

A integração local, como já indicado, constitui um processo complexo que abrange múltiplos fatores, entre os quais socioeconômicos, culturais e políticos. É preciso propiciar ao refugiado oportunidades de emprego, moradia, aprendizado da língua, utilização de serviços públicos, especialmente de saúde e educação. Outro ponto fundamental se refere à construção de relações sociais com os membros da comunidade local. (MOREIRA, 2014, p. 93)

Tendo como base a conceitualização dos autores sobre o processo de integração e seus diversos aspectos, domínios, áreas ou esferas a serem trabalhados, há uma próxima etapa de identificação dos atores envolvidos. Penninx (2005) indica dois principais atores e o cenário de trocas:

Os imigrantes com características próprias e níveis diferenciados de esforço e adaptação, e a sociedade receptora com suas características e variadas reações a esses recém-chegados. É a interação entre os dois que determina a direção e os resultados intermediários e finais do processo de integração. (PENNINX, 2005, p. 142, tradução nossa)

Moreira (2014) também traz que a integração acontece enquanto processo a partir dos atores que a realizam e das áreas que são trabalhadas. “Quem define o que significa integração? Ou seja, quais atores prevalecem em estabelecer seu conteúdo e semeá-lo discursivamente, bem como quais esferas são privilegiadas a partir dessa interpretação.” (MOREIRA, 2014, p. 90). Assim, a autora aponta a necessidade de pensar a integração tendo em vista os agentes e as políticas desenvolvidas, mas também aborda que é necessário expandir a participação nas decisões para os sujeitos, ou seja, os migrantes e refugiados devem ser participantes ativos, já que podem contribuir na discussão apontando seus interesses durante o processo de integração.

Já Penninx (2005) identifica a sociedade e os próprios migrantes como atores desiguais nesse processo, já que contam com recursos e força política diferentes:

A sociedade receptora, sua estrutura institucional e sua reação aos recém-chegados são, portanto, muito mais decisivas para o resultado do processo. As políticas de integração fazem parte dos arranjos institucionais de uma sociedade, particularmente porque deveríamos defini-las amplamente para incluir políticas gerais e seus efeitos sobre os imigrantes, e políticas especificamente voltadas para a integração de imigrantes. (PENNINX, 2005, p. 142, tradução nossa)

Penninx (2005) ainda discute sobre a influência de processos políticos sobre a integração local de migrantes e refugiados:

As formas que tais políticas podem tomar na prática dependem muito sobre os arranjos institucionais existentes em sociedades receptoras e sobre a vontade política de mudá-las, para gradualmente torná-las mais inclusivas. [...] Políticas de integração (locais) devem seguir estratégias e táticas que envolvem os parceiros no processo de integração em diferentes níveis. [...] Devem definir o processo de integração como 'aberto', deixando espaço para uma sociedade mais diversificada, mas coesa em resultado. A diversidade alcançada deste modo não é nem predeterminada e estática, mas negociada, compartilhada e mutável. (PENNINX, 2005, p. 144, tradução nossa)

O autor ainda apresenta lições sobre o estudo de políticas de integração. Sociedades devem considerar a participação de migrantes de forma ativa, que novas formas de

diversidade são possíveis a partir disso. Penninx (2005) diz que há muito trabalho a ser feito para que cidades e estados possam aproveitar o potencial das migrações. Ele acrescenta que a viabilidade de políticas de integração a longo prazo dependem de fatores como: a configuração institucional presente para a construção de políticas; o estabelecimento e alcance de metas realistas; e, por último, o reconhecimento e participação dos próprios migrantes nesse processo.

Lussi (2015), ao tratar o tema das migrações e políticas públicas brasileiras, defende que “respostas de políticas públicas aos desafios das migrações e do refúgio devem ser: interdisciplinares, integradas, contextualizadas, capazes de reconhecer e assumir a complexidade que o tema requer, sem simplismos” (LUSSI, 2015, p. 142) e, especificamente, que “as políticas devem garantir acesso aos direitos assegurados a todos e também políticas que respondam às diferenças para que não se tornem desigualdades discriminatórias” (LUSSI, 2015, p. 142).

Tendo em vista enfatizar a definição que será utilizada neste trabalho sobre atores políticos, destaca-se o trabalho de Secchi (2013). O autor faz uma síntese sobre quem são atores e sua atuação em políticas públicas: podem ser indivíduos ou grupos que desempenham papel na arena política, sendo relevantes no processo de uma política quando conseguem influenciar o conteúdo e os resultados. Entre as atividades desenvolvidas, Secchi (2013) cita que os atores são responsáveis por identificar problemas, sensibilizar a opinião pública, definir a agenda, elaborar propostas, tomar decisões e, ainda, transformar propostas em ações. Ainda, os atores, segundo Secchi (2013), são dinâmicos, interpretam papéis conforme seus interesses e causas, alocam recursos, fazem coalizões e podem resolver conflitos no cenário político. Secchi (2013) retoma ainda as possíveis classificações dos possíveis tipos de atores existentes, como: individuais ou coletivos; atores governamentais ou não governamentais; políticos, burocratas ou sociedade civil.

Por fim, foram discutidos no capítulo a definição de integração local, a construção de seu processo quando migrantes e refugiados chegam em uma nova sociedade anfitriã e também sobre a atuação de atores políticos para a constituição e acesso a políticas públicas. A partir da conceitualização desenvolvida ao longo deste capítulo, portanto, o debate será focado na atuação de um dos atores, o poder público municipal, no processo de integração local de migrantes venezuelanos durante a experiência de acolhimento da Interiorização em Cachoeirinha.

3. METODOLOGIA

A pesquisa social, de acordo com Gil (2008), trata da construção de novos conhecimentos sobre a realidade social a partir da utilização de uma metodologia científica, podendo ser aplicada em diversas áreas do conhecimento. Este Trabalho de Conclusão de Curso foi produzido a partir de uma pesquisa aplicada (GIL, 2008) em que, ainda que se pretenda manter o desenvolvimento de conhecimentos científicos sobre um tema, também intenta-se aplicá-los para entender e atuar sobre uma realidade específica.

Nesse contexto, a metodologia para a realização deste trabalho foi desenvolvida a partir de uma pesquisa qualitativa exploratória, com o uso de técnicas: análise documental, saída de campo e entrevista. À luz do que Gil (2008) descreve sobre a pesquisa exploratória, este trabalho apresenta, primeiramente, uma visão macro sobre o que é a estratégia da Interiorização, através de uma sistematização pensada a partir de levantamento bibliográfico e análise documental; e, posteriormente, um recorte sobre sua aplicação a ser discutido e analisado a partir da realização de saída de campo e entrevista.

A pesquisa bibliográfica e revisão de literatura foram realizadas com base nos campos teóricos fundamentais para este trabalho: políticas públicas, migração e refúgio. Buscou-se revisar bibliografia para conhecer o que foi e o que está sendo desenvolvido por pesquisadores e autores sobre fluxos migratórios e integração local de migrantes e refugiados. Também foi possível verificar as abordagens, pontos de vista e a variedade de assuntos já desenvolvidos pertinentes à temática das migrações venezuelanas.

Para conhecer na prática uma experiência da Interiorização, foi feito contato com a equipe do Programa de Reassentamento de Refugiados no Brasil da Asav, que realizava o apoio local no Rio Grande do Sul para o ACNUR (que alugou os prédios que foram transformados em abrigos). A equipe da Asav desenvolvia, no momento de contato, o trabalho de supervisão nos abrigos de três cidades gaúchas: Canoas, Esteio e Cachoeirinha. As três cidades receberam grupos pela Interiorização e, com a intenção de discutir o papel do poder público local, foi preciso selecionar uma cidade para a discussão sobre o acolhimento e integração local.

A escolha da cidade, então, foi feita a partir das possibilidades de execução dessa pesquisa. A combinação entre disponibilidade de datas e horários com as visitas programadas da equipe, entre as que permitiriam o acompanhamento em um dos abrigos supervisionados. Também é preciso mencionar que as cidades citadas fazem parte da Região Metropolitana de Porto Alegre e, para visitá-las, foi necessário ter os dois turnos (manhã e tarde) disponíveis.

Após receber autorização para o acompanhamento, foi realizada uma diária de saída de campo com a equipe da Asav no abrigo de Cachoeirinha, executada na segunda semana de dezembro de 2018.

O propósito do acompanhamento de visita foi ter maior proximidade com a prática, permitindo uma visão mais direta sobre como a Interiorização estava sendo implementada. Essa etapa da pesquisa se caracterizou tecnicamente como Gil (2008) descreve o estudo de campo, em que se pretende analisar a estrutura do poder local e verificar as interações a partir de observação.

Esse desenvolvimento prático foi realizado tendo em vista a base teórica que Gil (2008) traz sobre as orientações do modelo clássico de pesquisa social, que idealmente requer “distanciamento entre o pesquisador e o objeto pesquisado” (GIL, 2008, p. 29). Apesar de dificilmente a objetividade ser atingida por inteiro, o campo foi realizado apenas para observação. As interações foram apenas com a equipe da Asav, ao ter dúvidas sobre o trabalho realizado em momentos oportunos (quando não estavam em atendimento direto aos migrantes). Também não houve interação direta sobre as questões da pesquisa com os migrantes venezuelanos que estavam nos espaços visitados, já que o foco era observar questões institucionais e demandas de trabalho dessa equipe no abrigo.

Assim, foi possível conhecer como o prédio alugado estava sendo utilizado como abrigo, o uso de áreas coletivas, as interações e trocas entre os migrantes e a equipe da Asav, e também saber se havia necessidades de apoio técnico da gestão do abrigo com a Asav e ACNUR, já que a parceria oficial foi entre Governo Federal e município. O campo também possibilitou conhecer que tipo de demandas surgiram para a Asav durante as visitas. Essa equipe ficou responsável durante o acolhimento por receber questões, tirar dúvidas e, quando necessário, encaminhá-las ao ACNUR.

O processo de análise documental foi realizado por cinco meses (janeiro a maio de 2019), compreendendo materiais publicados de janeiro de 2018 a maio de 2019. Esse marco temporal de um ano e cinco meses foi delimitado a partir da constatação nos materiais pesquisados de que nesse período aconteceram: a federalização da situação emergencial em Roraima; a criação da Operação Acolhida e da Interiorização; e um ano completo de execução dessas estratégias pelo Governo Federal.

Sobre a etapa de pesquisa bibliográfica, foram utilizadas as ferramentas de pesquisa online do Scielo e Google Acadêmico por autores, artigos e livros que trabalhassem especificamente as migrações venezuelanas e sobre a atuação do governo brasileiro no que diz respeito ao fluxo migratório venezuelano. Outra etapa fundamental para este trabalho, foi o

levantamento de relatórios produzidos por órgãos do Governo Federal e de organizações internacionais sobre o fluxo migratório venezuelano. Dados sobre o trabalho institucional, sobre o gerenciamento das chegadas em Roraima e apresentações das ações governamentais sobre o assunto foram utilizados na análise documental. Essa busca por documentos e dados oficiais permitiu analisar o planejamento da ação da Interiorização, os pontos previstos desde a sua criação e o andamento de sua realização.

Foi utilizado o conteúdo disponibilizado publicamente e online pela Casa Civil e pelo então Ministério do Desenvolvimento Social (MDS). Foram encontrados e consultados documentos como atas de reunião, relatórios, apresentações de PowerPoint, entre outros. Esses materiais foram elaborados por agentes e representantes das instituições ou instâncias: Comitê Federal de Assistência Emergencial, Casa Civil, MDS, OIM, ACNUR e Polícia Federal. O conteúdo extraído desses documentos está explicitado e devidamente identificado ao longo do trabalho e nas referências.

Além disso, para complementar as informações trabalhadas na análise documental, foi realizado um levantamento de notícias sobre o tema pesquisado, sendo utilizadas quando necessário como fonte de dados secundária já que, de acordo Gil (2008), são materiais que ainda não tiveram um tratamento analítico. Mesmo que a extensa busca por notícias não tenha sido utilizada e citada diretamente ao longo deste trabalho, a pesquisa por informações divulgadas na mídia ajudou a criar maior envolvimento com o tema geral e com a realização da Interiorização no Rio Grande do Sul. Foi possível acompanhar na imprensa desde o anúncio de sua implementação no Estado, o andamento do acolhimento e a finalização do trabalho nos abrigos. Em comparação, nos relatórios do governo brasileiro e das agências internacionais, o desenvolvimento local foi relatado de forma genérica e superficial, apenas sobre quais cidades e estados participaram da Interiorização.

Durante quatro meses (de janeiro a abril de 2019), mensalmente foi feita nova busca por atualizações das notícias encontradas. A escolha foi por verificar o veículo de comunicação pública do Governo Federal. Os programas de rádio da Voz do Brasil são disponibilizados com acesso público no site da Rede Nacional de Rádio (contando com algumas transcrições já realizadas pela própria agência). Como ferramenta de trabalho, foi utilizada a busca do site, com o uso das seguintes palavras-chave para filtrar o conteúdo geral: “venezuelanos”, “Roraima”, “Venezuela”, “interiorização”, “operação acolhida”. A partir dessas delimitações, buscou-se ler todas notícias encontradas e ouvir as notícias sonoras apenas de material pré-selecionado, que encaixavam-se no universo de interesse dessa pesquisa. Foram analisados 120 áudios, do período de 6 de Fevereiro de 2018 a de 27 de Abril

de 2019, de reportagens e entrevistas em especial sobre a Interiorização.

Outro momento desse levantamento na mídia, foi a busca por conteúdo jornalístico de um veículo de comunicação do Rio Grande do Sul. Essa etapa foi necessária para verificar o que havia de informações locais sobre a Interiorização no Estado, sendo o conteúdo referente ao período de setembro de 2018 (quando a ação chega pela primeira vez ao Estado) a abril de 2019 (quando finalizam as atividades nos abrigos da Interiorização em algumas cidades gaúchas). A busca realizada foi com as mesmas palavras-chave apresentadas anteriormente e acrescentando os nomes das cidades que receberam os venezuelanos: Cachoeirinha, Canoas, Chapada, Esteio, Porto Alegre, Santo Antônio da Patrulha e Viamão. Foram consultadas então 110 notícias dos veículos Zero Hora e Rádio Gaúcha e, dentre essas, 50 tratavam especificamente sobre a Interiorização no Rio Grande do Sul, abordando assuntos como: aspectos logísticos sobre as chegadas, a recepção e acolhimento pelas cidades, o perfil e expectativas dos migrantes, as oportunidades de trabalho conquistadas, entre outros.

Em março de 2019, houve tentativas de contato por e-mail com representantes do Governo Federal envolvidos na Interiorização, sendo da Casa Civil e MDS. Pretendia-se abordar a relação entre os atores sobre os procedimentos e detalhes operacionais da Interiorização com as cidades de destino. No entanto, não foi obtido retorno nesses contatos. A solução encontrada foi procurar nas reportagens para a Voz do Brasil por entrevistas de membros do Governo Federal. O resultado foi positivo, sendo utilizadas declarações de agentes de órgãos federais envolvidos na Interiorização. Também foi possível encontrar declarações de representantes do ACNUR e da OIM, e optou-se por utilizá-las pois são testemunhos sobre a Interiorização de atores situados fora da esfera governamental.

Gil (2008) traz que a entrevista é uma forma de interação social. Essa etapa da pesquisa contou com a realização de entrevista informal, tendo em vista que essa opção “é recomendada nos estudos exploratórios, que visam abordar realidades pouco conhecidas pelo pesquisador ou então oferecer visão aproximativa do problema pesquisado” (GIL, 2008, p. 111). O autor aponta ainda essa escolha para explorar o assunto com informantes-chaves, especialistas, líderes formais ou informais.

Com a saída de campo já realizada em Cachoeirinha, foi complementar à pesquisa pensar na realização de entrevista com a equipe de gestão do abrigo dessa cidade, com o objetivo de conhecer essa experiência a partir do ponto de vista da gestão local. A ideia inicial foi realizar a entrevista em data próxima do campo. No entanto, durante esse período foi anunciada a continuação do abrigo até o final de março de 2019 (com a renovação do aluguel do prédio pelo ACNUR). Por isso, aguardou-se para realizar a entrevista com a gestão do

abrigo após o término do acolhimento da Interiorização na cidade. Essa espera teve como propósito gerar novas perspectivas para a pesquisa na fase de entrevista, com a possibilidade da gestão municipal avaliar sua participação nessa experiência.

Foram preparados tópicos a serem explorados durante a entrevista, com objetivo de manter o foco na experiência da Interiorização. A entrevista foi realizada na terceira semana de abril de 2019. Foi feito contato com integrante do poder público municipal que trabalhou no abrigo da Interiorização e, a partir disso, foi marcada uma visita na Secretaria Municipal de Assistência Social, Cidadania e Habitação de Cachoeirinha. O ambiente da Secretaria era uma sala única e isso fez com que a visita combinada se transformasse em uma entrevista coletiva, já que todos presentes se interessaram e se dispuseram em participar com relatos sobre a Interiorização no município. Enquanto um profissional respondia com seu testemunho, outro detalhe era lembrado por seu colega, que complementava o assunto. Ao todo, quatro integrantes da equipe de gestão do abrigo participaram dessa entrevista, e essa coleta de dados caracterizou-se como uma troca de experiências, tendo três horas de duração.

4. A INTERIORIZAÇÃO DOS VENEZUELANOS

O presente capítulo apresenta a descrição da Interiorização a partir de dados levantados na análise documental. Foi possível identificá-la como uma ação planejada, com objetivos, critérios, tipos de modelos, sua realização por etapas, com sua operacionalização através da atuação de atores políticos. No entanto, na análise documental não foi encontrado o reconhecimento de sua criação enquanto programa ou política governamental. Nos relatórios e documentos oficiais consultados, essa ação é descrita como processo ou estratégia pelo Governo Federal. Por isso, ressalta-se que a descrição será feita em tópicos elaborados por esta pesquisa, construídos a partir da identificação de aspectos relevantes sobre a Interiorização.

4.1 Contexto: fluxo migratório venezuelano em Roraima

O Brasil é o quinto país que mais recebeu migrantes venezuelanos, segundo a ONU, alcançando, em junho de 2019, o marco de 168 mil chegadas⁴. Silva (2018) afirma que não é comparável a migração venezuelana com outros movimentos migratórios contemporâneos no Brasil. O autor explora que este fluxo é distinto de outros recentes, se comparado ao de chegada dos migrantes haitianos e colombianos. Baeninger *et al.* (2016) também trata que essas populações seguiram para outras regiões do Brasil, não mais permanecendo nas fronteiras de chegada, já os venezuelanos continuam próximos da região fronteira próxima ao seu país.

No estado de Roraima fica a fronteira terrestre entre Brasil e Venezuela, tornando-se principal ponto de chegadas no país. No Plano Regional de Resposta do ACNUR e da OIM (2019a), aponta-se as necessidades básicas dos migrantes recém chegados: regularização migratória, moradia, trabalho formal e segurança. No entanto, em Roraima “a situação social e a falta de recursos nas cidades influenciaram para as condições de violência e descontentamento do estado e nas tensões sociais entre a comunidade de acolhida e as pessoas recém chegadas” (ACNUR; OIM, 2019a, p. 26, tradução nossa).

Conforme o primeiro relatório do Comitê Federal de Assistência Emergencial (BRASIL, 2018c), o estado de Roraima recebe o aumento do fluxo migratório venezuelano a partir de 2016, registrando aumento também na demanda por serviços locais em Pacaraima,

⁴ A informação pode ser encontrada no link: <https://nacoesunidas.org/numero-de-refugiados-e-migrantes-da-venezuela-ultrapassa-4-milhoes-segundo-acnur-e-oim/>. Acesso em: 20 jun. 2019.

cidade fronteiriça, e na capital Boa Vista. No relatório (BRASIL, 2018c), apresenta-se que, até 2017, o estado e as próprias cidades estavam à frente do gerenciamento da demanda nas áreas de assistência social, saúde e segurança. Foi reportado ainda que, durante esses anos, o Governo Federal atuou apenas com apoio técnico e financeiro, destinando recursos para atendimentos e aparelhamento de saúde, e com a doação de alimentos para a assistência emergencial.

No primeiro relatório do Comitê Federal de Assistência Emergencial (BRASIL, 2018c), foi apresentado que, no momento em que ficou constatado que as ações foram insuficientes para lidar com as demandas no local, a Presidência da República decidiu federalizar o acolhimento aos venezuelanos. Em fevereiro de 2018, foram publicados a Medida Provisória nº 820⁵, o Decreto nº 9285⁶ e o Decreto nº 9286⁷. Esses decretos dispõem sobre medidas emergenciais de acolhimento, reconhecem a crise humanitária decorrente do fluxo migratório venezuelano e criam o Comitê Federal de Assistência Emergencial. Em 12 de março de 2018, através da Medida Provisória nº 823⁸, o Governo Federal abre crédito extraordinário de 190 milhões de reais para o Ministério da Defesa para fins de assistência emergencial e de acolhimento humanitário aos migrantes venezuelanos em situação de vulnerabilidade em Roraima.

Outra medida do Governo Federal quanto ao gerenciamento do crescente fluxo migratório venezuelano foi em relação à ampliação de oportunidades de regularização migratória para os venezuelanos. A partir de março de 2018, ao chegar no Brasil, os migrantes podem procurar a Polícia Federal e optar entre dois procedimentos: 1) a solicitação de refúgio; 2) pedido de autorização de residência. Essa possibilidade passou a existir a partir da publicação da Portaria Interministerial nº 9⁹, que prevê a autorização de residência temporária por dois anos, com possibilidade de renovação, criada nos moldes da residência para

⁵ A Medida Provisória nº 820 pode ser encontrada no link: <https://legis.senado.leg.br/sdleg-getter/documento?dm=7634143&ts=1553283127264&disposition=inline>. Acesso em: 05 mar. 2019.

⁶ O Decreto nº 9285 pode ser encontrado no link: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/2018/decreto-9285-15-fevereiro-2018-786170-publicacaooriginal-154864-pe.html>. Acesso em: 05 mar. 2019.

⁷ O Decreto nº 9286 pode ser encontrado no link: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/2018/decreto-9286-15-fevereiro-2018-786171-publicacaooriginal-154866-pe.html>. Acesso em: 05 mar. 2019.

⁸ A Medida Provisória nº 823 pode ser encontrada no link: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/medpro/2018/medidaprovisoria-823-9-marco-2018-786240-publicacaooriginal-154971-pe.html>. Acesso em: 05 mar. 2019.

⁹ A Portaria Interministerial nº 9 pode ser encontrada no link: http://portal.imprensanacional.gov.br/web/guest/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/6653698/do1-2018-03-15-portaria-interministerial-n-9-de-14-de-marco-de-2018-6653694. Acesso em: 05 mar. 2019.

nacionais do Mercosul. Antes disso, os venezuelanos só poderiam pedir sua regularização migratória através da solicitação de refúgio. Complementar à Portaria Interministerial nº 9, foi publicada a Portaria Interministerial nº 15¹⁰, de 28 de agosto de 2018, que passa a dispensar a apresentação de documentação para comprovar filiação e possibilita uma autodeclaração para migrantes em situação de vulnerabilidade.

Esse conjunto de ações realizadas caracterizam a identificação do problema pelo Governo Federal, que assume e delega a seus agentes e órgãos específicos a responsabilidades de iniciar a formulação de um conjunto de ações governamentais necessárias para o gerenciamento da situação emergencial humanitária em Roraima. Governantes locais enfrentaram diversos desafios para o acolhimento dos migrantes venezuelanos e também para gerenciar a situação local. O problema público não é o aumento de chegadas e o fluxo migratório em si, mas, sim, a situação de crise humanitária que acabou se desenvolvendo a partir da falta de gestão adequada do problema a longo prazo.

No primeiro encontro do Comitê Federal de Assistência Emergencial, que aconteceu em 21 de fevereiro de 2018, conforme a Ata da 1ª Reunião (BRASIL, 2018d), houve a indicação do Ministério da Defesa para coordenação das ações na fronteira do Brasil com a Venezuela, e do general Eduardo Pazuello como coordenador operacional. Nessa Ata (BRASIL, 2018d), descreve-se que o Comitê fica sob a coordenação da Casa Civil da Presidência da República, composto também pelo Gabinete de Segurança Institucional e pelos ministérios: Justiça e Segurança Pública; Defesa; Relações Exteriores; Educação; Trabalho; Desenvolvimento Social; Saúde; Planejamento, Desenvolvimento e Gestão; Integração Nacional; e Direitos Humanos.

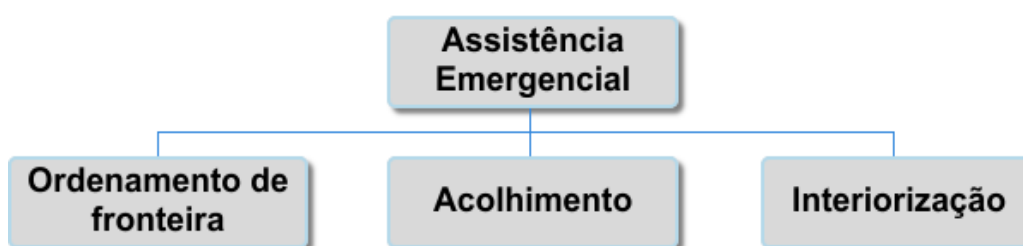
Nesse momento, percebe-se a estruturação de uma discussão entre atores do governo sobre as possibilidades de atuação para o enfrentamento do problema público. Conforme Secchi (2013), os atores vão discutir as possíveis alternativas e chegar a consensos quanto aos objetivos e métodos para se trabalhar o problema público. Segundo consta no primeiro relatório do Comitê Federal de Assistência Emergencial (BRASIL, 2018c), o trabalho em Roraima passa a ser dividido em três eixos de atuação: 1) Ordenamento de fronteira; 2) Acolhimento; e 3) Interiorização.

A partir dessa definição, ações e estratégias para enfrentamento da crise humanitária em Roraima começam a ser desenvolvidas. Conforme a Casa Civil, no primeiro relatório do

¹⁰ A Portaria Interministerial nº 15 pode ser encontrada no link: http://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/38537714/do1-2018-08-28-portaria-interministerial-n-15-de-27-de-agosto-de-2018-38537352. Acesso em: 05 mar. 2019.

Comitê Federal de Assistência Emergencial (BRASIL, 2018c), o ordenamento da fronteira e o acolhimento em Roraima são responsabilidade da Operação Acolhida, instituída na primeira reunião do Comitê Federal de Assistência Emergencial. A figura a seguir demonstra a estrutura criada pelos atores políticos no Comitê, que divide a atuação quanto a assistência emergencial em três frentes:

Figura 1. Estrutura organizacional das ações federais de Assistência Emergencial.



Fonte: elaboração da autora.

Além disso, na análise documental, foi encontrada a publicação, a partir de março de 2018, das resoluções nº 2, 3 e 4 do Comitê Federal de Assistência Emergencial, o estabelecimento da criação de três subcomitês: Subcomitê Federal para Interiorização, Subcomitê Federal para Recepção, Identificação e Triagem, e o Subcomitê Federal para Ações de Saúde.

Especificamente sobre a Interiorização, na segunda reunião do Comitê Federal de Assistência Emergencial, no dia 15 de março de 2018, aconteceu a primeira apresentação sobre a criação de um processo de realocação de venezuelanos. Conforme consta na 2ª Ata de Reunião (BRASIL, 2018e), o diretor de Migração do Ministério da Justiça, André Furquim, apresentou uma estratégia de interiorizar migrantes venezuelanos, com a expectativa de melhorar as condições de vida em comparação à realidade vivenciada pelos migrantes em Roraima, e indicou pré-requisitos para participação para os migrantes (imunização, documentação e estar abrigado em Roraima). O diretor também deu uma estimativa de que em abril já seria possível ter um grupo disponível para viagem e falou sobre a necessidade de articulações com entes federados para a responsabilidade do acolhimento local (BRASIL, 2018e).

Ainda no registro da 2ª Ata de Reunião (BRASIL, 2018e), consta a divisão da Interiorização com a estruturação em quatro partes: primeiro, o levantamento das cidades de destino, sobre a disponibilidade de vagas em abrigos da rede pública e sociedade civil;

segundo, o cadastro dos migrantes, com o apoio do ACNUR que conta com sistema próprio com biometria, e entrevista para que os migrantes possam demonstrar se têm interesse em serem realocados; terceiro, a articulação operacional com os estados *in loco* pelo comitê de Interiorização; quarto, a seleção dos participantes pelo comitê com apoio da OIM, que levará em conta critérios médico, documental, cadastro de vulnerabilidades e oportunidades. Também estão na Ata as responsabilidades de outros atores do processo e de possíveis ações complementares por outras entidades não governamentais (BRASIL, 2018e).

De acordo com esse arranjo, as Forças Armadas ficam responsáveis pelo deslocamento aéreo e terrestre, desde a saída do abrigo de Boa Vista até o da cidade de destino. Menciona-se o tempo de abrigamento previsto foi de 60 dias, com a previsão de recebimento de bolsa subsistência do ACNUR pelos seis meses subsequentes e auxílio da OIM no acompanhamento logístico do processo. Sobre a competência local, fica registrada também a necessidade de um plano local de acompanhamento socioassistencial. Por fim, os presentes na reunião apontaram a previsão de dois principais desafios para o processo de Interiorização: a rede local, que é essencial a articulação entre os entes federados, e a limitação de disponibilidade de vagas nos abrigos das cidades de destino.

Outro dado é que, conforme Fonseca (2019), a Interiorização como estratégia da assistência emergencial é anunciada externamente em reunião realizada em Brasília, no dia 23 de março de 2018. O Subcomitê Federal para Interiorização, a Casa Civil e os ministérios do Governo Federal e as organizações atuantes na temática reuniram-se para discutir a pauta denominada “Fluxo migratório venezuelano - Apresentação do plano de acolhimento do Exército Brasileiro e da estratégia de Interiorização”. A partir deste momento, o planejamento da Interiorização toma forma como uma ação governamental, já que ela passa a existir em um plano de ações concretas, e deverá contar com uma rede de atores políticos para acontecer.

4.2 Apresentação da Interiorização

A Interiorização trata sobre o processo de realocação voluntária de migrantes venezuelanos desde Roraima para outros estados e cidades brasileiras, conforme levantado na pesquisa documental nos documentos governamentais (BRASIL, 2018c; 2018d; 2018e). Foi anunciada pelo Governo Federal como uma das estratégias de assistência emergencial para o gerenciamento da intensificação do fluxo migratório venezuelano em Roraima, desenvolvida em conjunto com a Operação Acolhida.

Conforme o primeiro relatório do Comitê Federal de Assistência Emergencial

(BRASIL, 2018c), o objetivo principal da Interiorização é “oferecer mais oportunidades de inserção socioeconômica aos imigrantes venezuelanos e diminuir a pressão sobre os serviços públicos do estado de Roraima” (BRASIL, 2018c). Em entrevistas para reportagens da Voz do Brasil, representantes do ACNUR comentam sobre a realização do programa:

A iniciativa de interiorização garante proteção efetiva para refugiados e migrantes venezuelanos, uma vez que o estado de Roraima sozinho não tem condições de integrar todos os recém-chegados [...] Por isso a interiorização é parte dessa resposta e, por ser nacional, envolve outros estados brasileiros. José Egas (representante do ACNUR no Brasil) (AZEVEDO; FERREIRA, 2019)

A Agência da ONU para Refugiados considera o programa exitoso. O Programa de Interiorização vem com uma saída para essa situação, de um lado aliviar essa sobrecarga no Estado e de outro gerar melhores possibilidades de acesso a trabalho, acesso à renda, à integração. Paulo Sérgio de Almeida (Oficial de Meios de Vida do Acnur) (QUEIJO, 2019)

4.3 Atores políticos

Segundo a Casa Civil (BRASIL, 2018d; 2018e), na época de sua criação em 2018, o processo de Interiorização foi coordenado pelo Subcomitê Federal para Interiorização, composto por Ministério da Justiça, MDS, Ministério do Trabalho, Ministério da Saúde, Ministério dos Direitos Humanos e Ministério Extraordinário da Segurança Pública. Ainda segundo a Casa Civil (BRASIL, 2018c), também envolveu o apoio das agências da ONU, como ACNUR, OIM e Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA). Ainda nos relatórios do Comitê Federal de Assistência Emergencial, conforme a Casa Civil (BRASIL, 2018c; 2018f), consta a articulação entre diferentes atores para a realização da Interiorização, sendo Governo Federal, estados, prefeituras, organizações não governamentais da sociedade civil e organizações internacionais.

Já a partir do governo brasileiro que tomou posse em 2019, o Ministério da Cidadania passa a assumir as responsabilidades do MDS pela Interiorização. Em reportagem para a Voz do Brasil, a assessora especial de Assuntos de Imigração do Ministério da Cidadania, Niusarete Lima, foi entrevistada e comentou sobre a importância da Interiorização no campo das políticas públicas para migração.

Eu avalio assim, como um grande aprendizado para o Brasil em termos de políticas públicas para migração. A gente não tinha uma expertise com relação a isso e estamos fazendo um bom trabalho. O trabalho que nós estamos fazendo, inclusive, está servindo de referência e está sendo muito elogiado por outros países. Niusarete Lima (assessora especial de Assuntos de Imigração do Ministério da Cidadania) (QUEIJO, 2019)

4.4 Critérios de participação

Conforme a Casa Civil, no primeiro relatório do Comitê Federal de Assistência Emergencial (BRASIL, 2018c), os venezuelanos interessados em ir para outras cidades do país podem se registrar para participar da Interiorização de forma voluntária, e há uma prioridade de realocação para migrantes que estão instalados nos abrigos públicos em Roraima, já identificados para tal uso do sistema de abrigos como casos de vulnerabilidade. Para que um migrante venezuelano seja considerado apto a viajar através da Interiorização, conforme apresentação na 8ª Reunião do Comitê Federal de Assistência Emergencial (BRASIL, 2018b), os critérios são: 1) Regularização migratória; 2) Imunização; 3) Avaliação clínica de saúde; 4) Assinatura do termo de voluntariedade para participar da Interiorização.

4.5 Modalidades

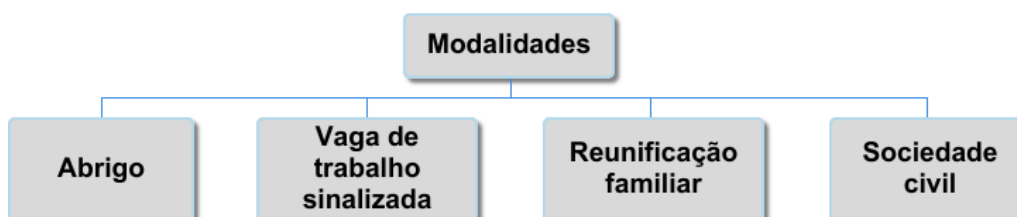
Foi possível encontrar em apresentação de *PowerPoint* da Casa Civil (BRASIL, 2018a), e confirmar também no Relatório dos movimentos assistidos pela OIM – Março/2019, da OIM (2019), a informação de que a Interiorização foi executada por etapas e em diferentes modalidades. A partir da classificação a seguir, que foi possível sistematizar com a análise documental, apresenta-se as informações pertinentes sobre cada modalidade e o esquema em figura para melhor visualização:

a) modalidade “abrigo”: a realocação de grupo ou indivíduo de abrigo em Roraima para a recepção em um abrigo na cidade de destino, com previsão de acolhimento por um período determinado de tempo;

b) modalidade “vaga de trabalho sinalizada”: a realocação é organizada a partir da garantia de uma vaga de emprego na cidade de destino;

c) modalidade “reunificação familiar”: ex-participante da Interiorização, que já está em moradia própria e com emprego fixo, recebe o apoio de um programa de reunião familiar da OIM, que realiza o deslocamento dos familiares desde Roraima até sua cidade;

d) modalidade “sociedade civil”: a realocação conta com apoio de entidade ou pessoas da sociedade civil, que se comprometem em auxiliar no acolhimento na cidade de destino.

Figura 2. Modalidades da Interiorização.

Fonte: elaborado pela autora.

Conforme Fonseca (2019), nas cidades de destino é possível que o governo municipal ou organização não governamental local participem da modalidade abrigo para assim acolher os migrantes venezuelanos através da Interiorização. Conforme a Casa Civil, em apresentação na 8ª Reunião do Comitê Federal de Assistência Emergencial (BRASIL, 2018b), a Interiorização já foi desenvolvida nas cidades de destino em abrigos estaduais, municipais e da sociedade civil, além de federais mistos e de organizações de confissão religiosa.

4.6 Etapas de realização

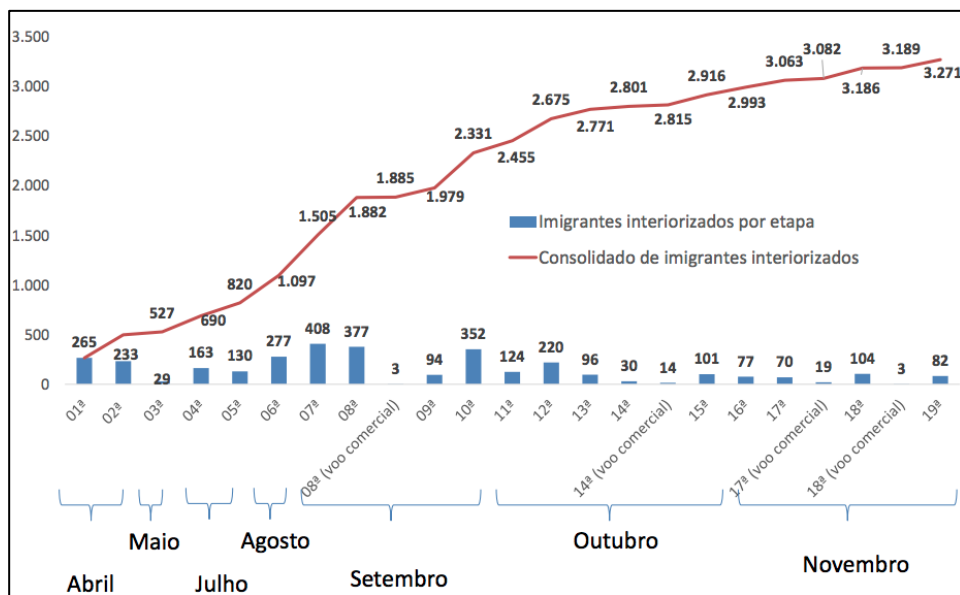
Cada nova realização da Interiorização - da saída programada de grupos de venezuelanos de Roraima e o acolhimento em um novo local, o Subcomitê Federal para Interiorização apresentou essa execução de realocação como uma nova etapa de Interiorização. Conforme o primeiro relatório do Comitê Federal de Assistência Emergencial, elaborado pela Casa Civil (BRASIL, 2018c), a primeira etapa aconteceu em 5 e 6 de abril de 2018, em que foram transferidos 265 migrantes em dois voos da Força Aérea Brasileira (FAB), que saíram de Boa Vista com destino à Cuiabá (66 pessoas acolhidas em um abrigo) e a São Paulo (199 pessoas acolhidas em quatro abrigos). Já até o final de julho de 2018, foram realizadas cinco etapas da Interiorização, totalizando a realocação de 820 venezuelanos para os estados do Amazonas, Mato Grosso, Paraíba, Pernambuco, Rio de Janeiro, São Paulo e para o Distrito Federal, conforme dados organizados por Fonseca (2019).

Fonseca (2019) também indica que, no dia 19 de agosto de 2018, a Presidência da República fez uma reunião de emergência em Brasília com diversos Ministérios e anunciou a intensificação da estratégia de Interiorização de venezuelanos para outros estados brasileiros. Isso traz à tona que a aceleração da Interiorização foi motivada pelos episódios de violência e

xenofobia que aconteceram nessa mesma época em Pacaraima¹¹, cidade fronteiriça em Roraima. No Plano Regional de Resposta do ACNUR e da OIM (2019a), também consta a menção aos conflitos envolvendo venezuelanos e comunidades locais em Roraima.

Nesse contexto, segundo Fonseca (2019), no segundo semestre, de agosto a 1º de dezembro de 2018, foram executadas da sexta à 19ª etapa da Interiorização, totalizando 3271 venezuelanos beneficiados pela Interiorização. Essa informação foi apresentada pela Casa Civil na 8ª Reunião do Comitê Federal de Assistência Emergencial (BRASIL, 2018b):

Figura 3. Venezuelanos interiorizados no Brasil (abril a novembro de 2018).



Fonte: Apresentação da Casa Civil na 8ª Reunião do Comitê Federal de Assistência Emergencial (BRASIL, 2018b).

Já em dezembro de 2018, o saldo de deslocamentos pelo processo de Interiorização, tem o total de 3900 migrantes interiorizados, segundo Fonseca (2019). Entre os objetivos do programa, segundo a Casa Civil (BRASIL, 2018c; 2018f), estão as questões de inserção laboral e a melhoria de oportunidades de vida para os venezuelanos nas cidades de destino. No entanto, através da pesquisa documental foi constatado que, até abril de 2019, ainda não foram divulgados dados ou indicadores de resultados em nível nacional sobre esses aspectos.

Além disso, no Plano Regional de Resposta do ACNUR e da OIM (2019a), consta que no Brasil não existe um sistema em nível nacional para monitorar e avaliar o impacto e os

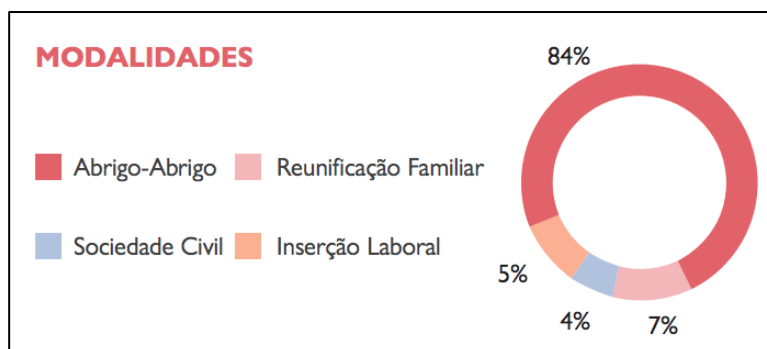
¹¹ Um dos exemplos na imprensa sobre os casos de violência em Roraima: <https://g1.globo.com/rr/roraima/noticia/2018/08/19/pacaraima-tem-ruas-desertas-apos-confronto-entre-brasileiros-e-venezuelanos.ghtml>. Acesso em: 10 jan. 2019.

resultados da Interiorização. Nos diversos relatórios e apresentações disponibilizadas pela Casa Civil, verificou-se que as avaliações realizadas até o momento são de monitoramento da ação e relacionadas ao número de realocações realizadas. Foi constatado também que a OIM é a instituição que divulga balanços periódicos sobre a realização das etapas da Interiorização.

Em 29 de março de 2019, às vésperas de completar um ano, a Interiorização atingiu a marca de 5482 migrantes realocados, de acordo com o relatório dos movimentos assistidos pela OIM - Março/2019, elaborado pela OIM (2019). Nesse mesmo relatório, também foram revelados outros dados sobre a Interiorização. Além das realocações planejadas em voos da FAB, com o deslocamento de grupos maiores, também aconteceram traslados em voos comerciais, conforme a OIM (2019).

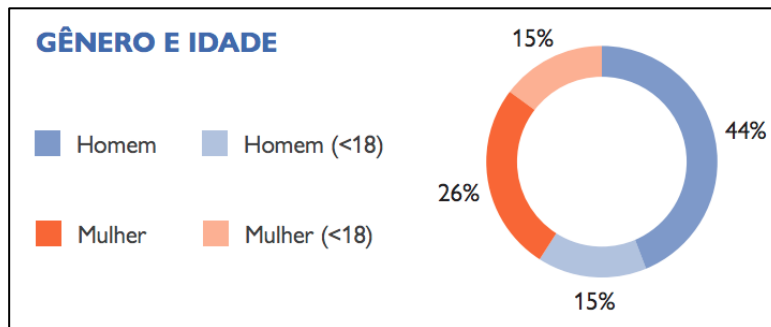
As figuras a seguir identificam as modalidades, gênero e idade dos participantes, e os tipos de deslocamento (se individual ou familiar) das realocações realizadas até então. Além disso, identificam as realocações a partir dos tipos de voo utilizados. É possível observar que os voos comerciais foram utilizados apenas a partir de setembro de 2018, quando iniciam as modalidades reunificação familiar e vaga de trabalho sinalizada da Interiorização, indicando que esses deslocamentos correspondem às realocações por outras modalidades da Interiorização, atingindo o subtotal de 884 participantes.

Figura 4. Modalidades da Interiorização (abril de 2018 a março de 2019).



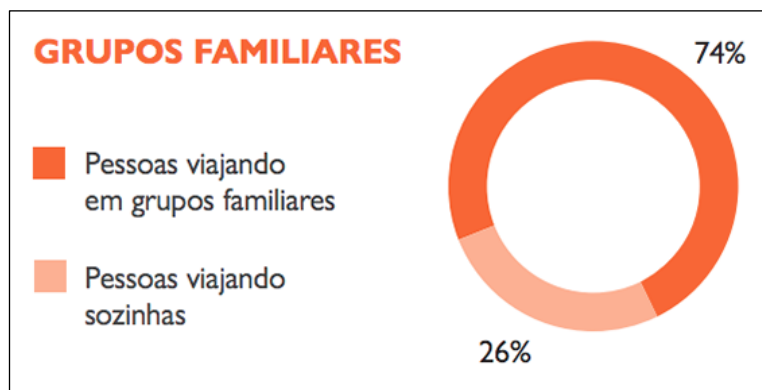
Fonte: Relatório dos movimentos assistidos pela OIM - Março/2019 (OIM, 2019).

Figura 5. Gênero e idade de beneficiários da Interiorização (abril de 2018 a março de 2019).



Fonte: Relatório dos movimentos assistidos pela OIM - Março/2019 (OIM, 2019).

Figura 6. Tipo de viagem realizada por beneficiários da Interiorização (abril de 2018 a março de 2019).



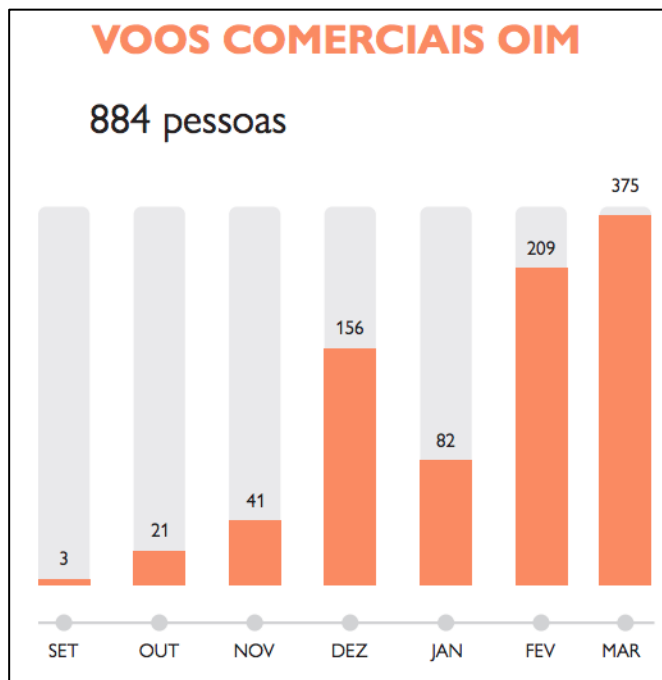
Fonte: Relatório dos movimentos assistidos pela OIM - Março/2019 (OIM, 2019).

Figura 7. Saída de voos da FAB (abril de 2018 a março de 2019).



Fonte: Relatório dos movimentos assistidos pela OIM - Março/2019 (OIM, 2019).

Figura 8. Saída de voos comerciais (setembro de 2018 a março de 2019).



Fonte: Relatório dos movimentos assistidos pela OIM - Março/2019 (OIM, 2019).

5. A INTERIORIZAÇÃO: MODALIDADE ABRIGO

Com a análise documental e apoio em material veiculado na mídia, neste capítulo será apresentada a modalidade abrigo da estratégia de Interiorização. A operacionalização acontece em duas fases, e essa divisão está sendo proposta nesse trabalho, a partir dos dados verificados nas etapas de análise documental e entrevista da pesquisa. A divisão em duas fases distintas (do planejamento e da execução) permite descrever as ações e os atores envolvidos em cada momento, desde a realocação dos venezuelanos de Roraima até a recepção e acolhimento na cidade de destino.

5.1 Primeira fase: Planejamento

A fase de planejamento é composta pelo conjunto de decisões e ações pelos atores políticos envolvidos na Interiorização antes da partida dos grupos de Roraima. As ações prévias, realizadas tanto em Roraima quanto nas cidades de destino, envolvem aspectos como: elegibilidade dos venezuelanos para participar da Interiorização; preparativos para a viagem; articulações para que uma cidade participe do programa; preparativos para a recepção dos venezuelanos.

Na modalidade abrigo da Interiorização, no primeiro relatório do Comitê Federal de Assistência Emergencial (BRASIL, 2018c), indica-se que o MDS ficou responsável pelas tratativas entre Governo Federal e ator local, com a possibilidade de ser governo municipal ou instituição não governamental a responsável pela Interiorização em âmbito local. Esse ator local será responsável pelas vagas em abrigo e a organização do espaço para a chegada dos migrantes.

No segundo relatório do Comitê Federal de Assistência Emergencial (BRASIL, 2018f), consta que representantes do MDS visitaram diversas cidades no Brasil para apresentação da estratégia e para firmar acordos com possíveis cidades de destino. Segundo a Casa Civil (BRASIL, 2018f), os encontros aconteceram com governos municipais, agentes públicos e da sociedade civil, comitês que tratam das questões de migração e refúgio, congressos, fóruns e conselhos nacionais de políticas públicas. Para a manutenção dos abrigos, o repasse de recursos pelo Governo Federal para o acolhimento na modalidade abrigo

tem o valor de R\$ 400 a cada pessoa acolhida por mês, segundo o MDS¹², como “um incentivo à acolhida de imigrantes em cidades de destino por meio do processo de interiorização” (BRASIL, 2018b).

Sobre os preparativos na cidade de destino, através da entrevista realizada com a gestão do abrigo de Cachoeirinha, foi identificado o momento de preparativos do poder público municipal ou da instituição que irá receber a Interiorização. Avalia-se as condições técnicas necessárias para o acolhimento, como o gerenciamento de recursos humanos, infraestrutura e montagem do espaço físico para oferecer abrigo.

Conforme a Casa Civil (BRASIL, 2018c), no primeiro relatório do Comitê Federal de Assistência Emergencial, o Subcomitê Federal para Interiorização e seus diversos atores governamentais realizam os preparativos em Roraima para a viagem, para que os candidatos estejam aptos e prontos para participar do processo. Consta no relatório que o ACNUR e a OIM prestam o apoio técnico e logístico, sendo responsáveis por fazer o registro de interessados, orientar sobre as cidades de acolhida, realizar o acompanhamento na viagem, a instalação e o suporte nos abrigos. Viviane Esse, representante da Casa Civil, comentou sobre os preparativos com os venezuelanos para participarem da Interiorização para reportagem na Voz do Brasil:

Saem do nosso abrigo regularizados do ponto de vista migratório, vacinados com tríplice viral, bacteriana, febre amarela, pólio, [...] carteira de trabalho e CPF. São deslocados em uma aeronave da FAB e depois com ônibus do Exército até o abrigo. Viviane Esse (representante Casa Civil da Presidência da República) (FERNANDES, 2018)

Carvalho *et al.* (2018) apontam que, na experiência da Interiorização realizada pela instituição Missão Paz em São Paulo, os contatos são realizados com o abrigo de acolhida para a troca de informações quanto às vagas disponíveis e o perfil esperado dos candidatos. Por isso, constata-se que a elegibilidade de quem será interiorizado depende principalmente das condições locais da cidade de destino, como o abrigamento na cidade de recepção (se apartamentos, quartos familiares, individuais ou coletivos), o perfil socioeconômico da cidade e as possibilidades de integração social e laboral.

Em reportagem da Voz do Brasil, Yssysay Rodrigues, coordenadora do escritório de campo da OIM em Boa Vista, apresentou detalhes sobre a elegibilidade dos migrantes a serem interiorizados.

¹² A informação foi observada por meio da reportagem a seguir: <http://mds.gov.br/area-de-imprensa/noticias/2018/setembro/grupo-de-venezuelanos-e-transferido-para-brasilia-sao-paulo-e-rio-grande-do-sul>. Acesso em: 05 fev. 2019.

O critério é de acordo com o perfil que cada abrigo na cidade de receptoras está apto a acolher. Então, existem abrigos que acolhem famílias com crianças pequenas, por exemplo, outros abrigos que acolhem homens solteiros. A partir desse perfil que cada abrigo pode receber, nós identificamos dentro da nossa base de dados os imigrantes que estão nos abrigos no estado de Roraima quais se adequam a cada um dos destinos. Yssysay Rodrigues (Coordenadora do Escritório de Campo da OIM) (NORONHA, 2018)

5.2 Segunda fase: Execução

Foi possível identificar como fase de execução o conjunto de ações realizado por diversos atores políticos envolvidos na Interiorização, que envolvem aspectos como o início do deslocamento desde Roraima até a recepção e acolhimento no abrigo na cidade de destino. Segundo a Casa Civil, no primeiro relatório do Comitê Federal de Assistência Emergencial (BRASIL, 2018c), o deslocamento é de responsabilidade das Forças Armadas, desde o abrigo em Boa Vista até o local do abrigo na cidade de destino, sendo a parte aérea em voos fechados da FAB. Ao buscar o histórico de realizações elaborado por Fonseca (2019), é possível perceber as etapas de Interiorização sendo realizadas para diversos destinos em uma mesma data.

A FAB operacionaliza os voos com saída de Boa Vista e com escalas para deixar os participantes em diferentes cidades ao longo do trajeto. A representante da Casa Civil, Viviane Esse, comentou sobre os preparativos da FAB para a viagem:

A aeronave tem capacidade para levar até 200 pessoas, e a nossa meta é levar 400 pessoas por semana nesse mês de setembro, conforme pedido pelo presidente. Viviane Esse (representante Casa Civil da Presidência da República) (FERNANDES, 2018)

Através da entrevista com os gestores do abrigo de Cachoeirinha, foi possível ter um panorama geral sobre como a modalidade abrigo deve funcionar quando chega em sua execução em nível local. Foi informado que a cidade precisa ofertar o abrigamento temporário por um tempo prolongado, de três a seis meses, durante o qual o grupo deveria ser acolhido e ter suas demandas encaminhadas, principalmente quanto à questão laboral. Isso proporcionaria o início de sua autonomia financeira e, conseqüentemente, sua saída do abrigo. Além disso, no relato de Cachoeirinha, foi constatado que o Governo Federal proporcionou os arranjos necessários com outros atores para que o abrigo recebesse os alimentos necessários para cobrir o tempo de moradia do grupo recepcionado.

6. A INTERIORIZAÇÃO EM CACHOEIRINHA

Cachoeirinha foi uma das cidades gaúchas a receber a Interiorização. O convênio foi firmado entre Governo Federal e o poder público municipal, para o acolhimento de migrantes venezuelanos na modalidade abrigo. Oitenta venezuelanos foram acolhidos no Centro Humanitário Nossa Gente, localizado na Rua Ruy Barbosa (bairro Vila Santo Ângelo). O abrigo foi criado especialmente para receber a Interiorização e a Secretaria Municipal de Assistência Social, Cidadania e Habitação ficou responsável pela gestão do espaço.

Assim, a cidade participou da 10ª etapa da interiorização e o grupo foi dividido em duas viagens em voos da FAB. O primeiro grupo de 40 homens foi recepcionado em Cachoeirinha no dia 25 de setembro de 2018, e o segundo grupo, também de 40 homens, chegou no dia 27 de setembro de 2018. O prefeito, Miki Breier, e o secretário de Assistência Social, Cidadania e Habitação, Valdir Mattos, vieram no primeiro voo, acompanhando os venezuelanos desde Boa Vista. A modalidade abrigo em Cachoeirinha foi encerrada no dia 29 de março de 2019, com a entrega do prédio alugado e a saída de todos venezuelanos do acolhimento da Interiorização.

Figura 9. Fachada do Abrigo Centro Humanitário Nossa Gente.



Fonte: *Google Maps Street View* (2019).

Neste capítulo, portanto, serão apresentadas informações e percepções a partir de dois

tipos de coleta de dados. Primeiramente, o relato da saída de campo no abrigo de Cachoeirinha, realizada através do acompanhamento de visita com a equipe da Asav, e que será apresentado em formato de diário de campo. Após a finalização do funcionamento do abrigo da Interiorização, foi realizada a entrevista com a equipe de gestão do abrigo Centro Humanitário Nossa Gente. Foram explorados diversos aspectos sobre a experiência de participação na estratégia de Interiorização, sobre o acolhimento aos venezuelanos recepcionados e sobre as iniciativas e parcerias realizadas para a integração local na cidade. Também será apresentado um parecer elaborado pela equipe sobre os resultados do acolhimento ao final deste capítulo.

Ressalta-se que a coleta de dados foi construída a partir da perspectiva de agentes que trabalharam na experiência local da Interiorização, não contemplando a visão dos participantes venezuelanos. Embora não tenha sido possível dar conta também desse segundo ponto, indica-se a importância da investigação sobre a Interiorização a partir dessas vivências para pesquisas futuras.

6.1 Relato de acompanhamento da visita ao abrigo.

A visita organizada com a equipe da Asav acontece na segunda quinzena de dezembro de 2018, quase véspera de Natal. Chegamos ao abrigo e logo fomos recebidas por um educador social e o guarda de plantão. Rapidamente, posicionaram cadeiras e uma mesa para ficarmos próximo à entrada do abrigo. O prédio é composto por dois andares, e foi adaptado como abrigo, com a montagem de sete quartos e banheiro coletivos (com oito duchas), um salão comunitário no térreo e mais seis banheiros espalhados pelo prédio.

A parte em que ficamos é uma garagem desativada, com uma porta larga aberta diretamente para a rua. Há uma sala anexa logo na entrada, no lado direito do prédio, onde fica a gestão do abrigo. No meio do caminho, de onde estamos para os fundos do prédio, há uma área descoberta do prédio, com vários tanques para lavar roupas e um varal para secar em altura mais elevada, que não atrapalha a circulação de pessoas. Mais adiante no corredor está a entrada para o salão comunitário. Costumava ser um salão de jogos antes do abrigo, pois o prédio funcionava como alojamento para trabalhadores. Agora essa área foi transformada em cozinha e salão comunitário, onde são preparadas as refeições e também funciona como um espaço de convivência.

Instantes após nos instalarmos, percebo que há um fluxo de homens circulando pelo local e logo chegam para conversar. A equipe troca ideias com os migrantes venezuelanos em

um clima descontraído. Uma das profissionais brinca com sorrisos e cumplicidade que faz tempo desde a última vez que veio visitá-los, não lembrava o nome de ninguém e que, por isso, deveriam apresentar documentos no atendimento. Ao mesmo tempo, alguns já se apresentam no local com a carteira de trabalho brasileira em mãos para confirmar sua identificação.

A Interiorização em Cachoeirinha foi incluída no programa de assistência financeira do ACNUR para refugiados, solicitantes de refúgio e pessoas de interesse, indicando que o pagamento do auxílio independente do status de regularização migratória (se solicitantes de refúgio ou da residência temporária pela Portaria Interministerial nº9). Em março de 2019, o ACNUR divulgou que já concedeu mais de 3200 bolsas para 4100 migrantes venezuelanos desde o início da Interiorização há um ano¹³. Nesse contexto, o objetivo da visita da equipe da Asav era realizar o pagamento em dinheiro da assistência diretamente aos venezuelanos, sendo a terceira e última parcela.

A lista de atendimentos da visita para pagamento tem apenas 39 nomes, em que me contaram ser de casos identificados de vulnerabilidade a partir de uma avaliação enviada pela equipe de gestão do abrigo. Além disso, fui informada que, no momento, cerca de 30 migrantes do abrigo estão trabalhando em vagas com carteira assinada. Os migrantes passam pela entrada do abrigo, onde estamos posicionadas, e não é preciso chamar ninguém para procurar seu nome na lista. Eles param, conferem, recebem ou saem em busca de alguém, e por aí segue o turno da manhã. Ao conferirem os nomes na lista, contam que certos colegas estão fora do abrigo provavelmente em busca de trabalho, e pedem para conferir os nomes para avisá-los que retornem ao abrigo em tempo para receber o valor.

Já quem não está com o nome na lista, pede para conferir mais de uma vez. São enfáticos ao questionar a equipe por que não constam na lista. Reclamam pois entenderam que iriam receber o auxílio pelos três meses da Interiorização. Outros dizem que não estão trabalhando em emprego fixo, e sim trabalham por diárias, justificando que não estão trabalhando formalmente e que deveriam receber o auxílio. De forma calma, a equipe avisa que a decisão de quem deve ou não receber não ficou por conta de quem está realizando o pagamento nessa visita. Informam que a lista foi produzida pela gestão do abrigo em conjunto com as regras estabelecidas pelo ACNUR.

Há uma pasta de trabalho na mesa, que contém documentos como: a lista geral de nomes e contas bancárias (organizada com o auxílio de um dos moradores do abrigo), os

¹³ A informação pode ser conferida na reportagem a seguir: <https://nacoesunidas.org/com-assistencia-da-onu-130-venezuelanos-sao-interiorizados-para-mato-grosso-do-sul/>. Acesso em: 04 abr. 2019.

formulários de comunicação de saída, declaração de advertência, declaração de residência de endereço do abrigo, informativo sobre a reunião familiar da OIM, entre outros. Apesar da visita ter sido programada apenas para realizar o pagamento da assistência financeira do ACNUR, aos poucos, novas demandas são trazidas pelos venezuelanos, o que acaba modificando o trabalho da equipe ao longo do dia.

Surgem casos específicos e questões (quase sempre) urgentes, que requerem uma escuta atenta e sensível pela equipe. Ao longo do dia, migrantes venezuelanos procuram as agentes para contar histórias de vida, sobre a separação de suas famílias, de situações de vulnerabilidade vividas ainda na Venezuela, em Roraima e até na nova cidade de acolhida.

No fim da manhã um dos funcionários do abrigo me convida para conhecer o salão comunitário do abrigo. Tanto na entrada quanto no salão comunitário, estavam fixados na parede as regras do abrigo, avisos sobre cursos, lista de anúncios de aluguel encontrados pela gestão do abrigo e um mapa da cidade. Havia também um aviso sobre curso de português no local e em uma igreja católica, e outro sobre como procurar por atendimento no posto de saúde. Mais tarde, a equipe da Asav colocou o informativo sobre reunificação familiar.

Então, à tarde, ainda restam poucos nomes na lista para entregar o pagamento. Devido ao tempo de espera no local, o trabalho fica mais descontraído. Os venezuelanos circulam e conversam de assuntos gerais com a equipe da Asav. Histórias de pessoas que já saíram e onde estão trabalhando, opiniões sobre o trabalho do ACNUR, questionamentos sobre o porquê do pagamento não ser realizado a todos e muito interesse em saber como estão os venezuelanos em outros abrigos de cidades próximas. A equipe explica que as decisões tomadas acontecem em outras instâncias, e não diretamente pela equipe de apoio que visita o abrigo. A cada momento, surgia uma nova dúvida, um questionamento ou comentário e a equipe prontamente tentou acolher aos pedidos e, na medida do possível, encaminhar para possíveis soluções com a promessa de retorno em uma próxima visita.

No final da tarde, aguardávamos ainda poucas pessoas para o pagamento. A equipe constatou que eram pessoas que, provavelmente, começaram a trabalhar recentemente e, por isso, ainda estavam na lista de pagamento. Não há mais o tom de novidades pairando no ar, não há mais tantas perguntas envolvendo o trabalho da equipe e as demandas urgentes que vieram ao longo do dia. Assim, chegamos ao fim do dia de trabalho com uma roda com clima entre amigos, com a equipe e os venezuelanos conversando sobre costumes locais, e eis que surge o assunto sobre ceia de Natal. Percebo que temos agora um novo público, dos migrantes que recém chegaram do trabalho. Uma oportunidade de conversas e cumplicidade no pós-expediente e, ao meu ver, para deixar o tempo livre passar.

6.2 Relato da equipe de gestão do abrigo

Na Secretaria Municipal de Assistência Social, Cidadania e Habitação, foi realizada a entrevista com parte dos funcionários da Prefeitura de Cachoeirinha que trabalharam na gestão do abrigo da Interiorização. Durante o acolhimento, a equipe foi composta por profissionais da psicologia e nutrição, além de educadores sociais como monitores, que acompanhavam o dia a dia do abrigo, além de seguranças 24 horas no local. As informações aqui relatadas foram prestadas por quatro integrantes dessa equipe.

6.2.1 Preparativos e operacionalização para a Interiorização

O Governo Federal, por meio do MDS, realizou repasse financeiro de 192 mil reais (equivalente a R\$ 400 por pessoa por mês, sendo 80 venezuelanos acolhidos pelo período de seis meses). Segundo a gestão, foi informado ao município que esse valor poderia ser utilizado no custeio de gastos para o funcionamento do abrigo, como recursos humanos e materiais, adaptações do ambiente físico, etc. A equipe contou que, entre o fechamento de acordo com o Governo Federal e a chegada dos venezuelanos, o processo foi muito rápido e, inclusive, o repasse chegou quase um mês depois dos grupos. Acrescentou também que, depois do primeiro contato, do pré-embarque, dos ajustes e da inauguração do abrigo, o MDS entregou o processo inteiramente ao município. A exceção de atuação indireta do Governo Federal foi quanto à alimentação, já que a Marinha ficou responsável pelo fornecimento de alimentos durante todo o tempo de funcionamento do abrigo.

Não havia espaço de abrigo público preparado para as especificidades da Interiorização. Por isso, a equipe explicou que o ACNUR se responsabilizou pelo pagamento do aluguel de um prédio, que foi utilizado como local de abrigo por seis meses, de setembro 2018 a fim de março de 2019. O dono do prédio fez as obras necessárias, como o aumento do número de banheiros, a organização de quartos coletivos, e a adaptação de um espaço nos fundos do prédio para ser a cozinha e salão comunitário.

A gestão relatou que a Asav visitou periodicamente o abrigo para conversar e encaminhar demandas do ACNUR, dos venezuelanos e da gestão do abrigo, realizando a intermediação entre eles. Contou que a Asav ficou responsável por gerenciar pedidos de documentação, o pagamento da bolsa de subsistência do ACNUR e formalização dos pedidos de reunificação familiar dos venezuelanos para a OIM. Eventualmente, a Asav auxiliou a gestão em questões específicas, pois a equipe não tinha experiência de trabalho prévia com

atendimento direto e acolhimento a migrantes até então.

6.2.2 O acolhimento aos venezuelanos

O primeiro grupo de 40 homens chegou na cidade no dia 25 de setembro de 2018, sendo recepcionado com um jantar de boas-vindas oferecido pela Igreja Boa Viagem. Já o segundo grupo, chegou no dia 27 de setembro de 2018, sendo recepcionado com um jantar especial no Centro de Tradições Gaúchas Sinuelo da Amizade.

Após as chegadas dos grupos, a primeira ação realizada pela equipe foi montar um mutirão de entrevistas de acolhimento para conhecer os venezuelanos individualmente para ter conhecimento sobre os encaminhamentos necessários caso a caso. Esse trabalho foi realizado em parceria com o curso de Psicologia da Faculdade Inedi - Cesuca de Cachoeirinha. Foram aplicados 80 questionários confidenciais com a intenção de traçar perfil, obter dados de identificação, entender a situação da família e sobre quando e em que condições a pessoa foi da Venezuela até Roraima, além de verificar questões de saúde, escolaridade, experiência profissional e documentação.

A equipe também apontou que, logo no início da Interiorização, mobilizou as equipes da rede pública do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) e do posto de saúde e centro da Estratégia da Saúde da Família (ESF) da região do abrigo para a realização de atendimentos de saúde e assistência social para os venezuelanos. A equipe do CRAS fez o registro dos venezuelanos no Cadastro Único, proporcionando o acesso a políticas públicas (como o Bolsa Família, por exemplo), e um caso foi encaminhado na Previdência Social para um pedido de Benefício da Prestação Continuada (BPC).

Já a equipe da ESF realizou um mutirão em um sábado para fazer o cadastro e emissão do Cartão Nacional do Sistema Único de Saúde (SUS) para todos. Os venezuelanos também contaram nesse dia com os primeiros atendimentos de saúde, encaminhamentos de exames e vacinas. A equipe contou que esse posto de saúde virou referência para encaminhamentos de saúde, oferecendo inclusive horário especial de atendimento para os venezuelanos.

Segundo a equipe, de modo geral, conseguir um trabalho era a principal demanda identificada do grupo recepcionado. Um emprego possibilitaria iniciar sua autonomia, e trazer ou ajudar financeiramente a família que ficou em Roraima ou na Venezuela. Para isso, a gestão do abrigo atuou de forma conjunta com a unidade do Sistema Nacional de Emprego (Sine) de Cachoeirinha, anexo ao prédio principal da Prefeitura. Através de visitas ao Sine, os funcionários do órgão auxiliaram na confecção de currículos e no posterior encaminhamento

para vagas de trabalho. A equipe do abrigo informou que todos os venezuelanos recebidos pela Interiorização tiveram, pelo menos, um encaminhamento de trabalho na parceria entre o abrigo e o Sine.

Quatros migrantes conseguiram trabalho já na primeira semana, em uma empresa de construção civil e em uma oficina mecânica, segundo a equipe. Outros casos conseguiram trabalhos temporários na janta de recepção do acolhimento, e já saíram para trabalhar no segundo dia na cidade. A cobertura da mídia sobre a vinda dos venezuelanos facilitou a oferta de oportunidades de trabalho. Empresas buscavam o Sine e o abrigo com a intenção de contratar os venezuelanos para empregos fixos e temporários. Com o tempo, porém, a Interiorização saiu da pauta principal da mídia local e, conseqüentemente, o número de ofertas de trabalho aos venezuelanos diminuiu.

A equipe identificou que a maioria dos venezuelanos conseguiu a inserção no mercado de trabalho em posições inferiores, se comparado ao que estariam aptos a exercer quanto à sua escolaridade e experiência profissional. A equipe relatou que os venezuelanos não conseguiram trazer documentos que comprovassem a escolaridade ou por ainda não terem feito a revalidação do diploma de Ensino Superior.

Alguns venezuelanos do grupo contaram à equipe que, na Venezuela, eram donos de restaurante, empresários, trabalhadores da indústria petrolífera, além de um médico e um enfermeiro recepcionados no grupo. Quanto às vagas de trabalho preenchidas, em geral, a equipe contou que eram nas áreas de segurança, portaria, zeladoria, prestação de serviços em restaurantes e em outros tipos de estabelecimentos comerciais.

Outra situação relatada foi o acompanhamento em processos seletivos de empresas procuravam o abrigo com a intenção de contratar várias pessoas. A equipe participou desses processos, auxiliando na sensibilização das empresas, atuando nas possíveis dificuldades de comunicação e lidando com as dúvidas sobre a contratação de migrantes. Nesses casos, o acompanhamento também contou com transporte oferecido para o grupo se locomover para as entrevistas. Posteriormente, também auxiliaram os venezuelanos a reunir a documentação necessária para a contratação. A equipe avaliou o resultado dos acompanhamentos como positivo. Tiveram diversas contratações efetivadas, notando que as empresas ficavam mais confiantes ao perceberem a existência de suporte aos venezuelanos e, por outro lado, os venezuelanos ficavam mais seguros e confiantes durante o processo seletivo.

Sobre o mercado informal e trabalhos temporários, a gestão do abrigo relatou que não atuou de forma direta intermediando essas contratações. Durante o tempo vivido no abrigo, os venezuelanos também buscavam por trabalho de forma independente e, também, houve casos

de empresas ou pessoas que fizeram contato com os venezuelanos oferecendo trabalho de diárias. A equipe contou que os migrantes estavam muito focados em conseguir trabalho e que, muitas vezes, não importava o trabalho a ser executado. Estavam sempre dispostos a trabalhar por comentarem a urgência de ajudar suas famílias à distância. Ainda que as condições das propostas não fossem adequadas (apresentando valores baixos por diária ou sem carteira assinada) aceitavam trabalhar por necessidade.

Nesse contexto, a equipe considerou que o mercado de trabalho de diárias foi de difícil controle e, somente quando aconteciam problemas na negociação, os venezuelanos buscavam a gestão do abrigo para mediação. A equipe informou que aconteceram situações diversas, como, por exemplo, o valor combinado não foi o valor pago, casos que os venezuelanos identificavam como exploração, casos que as dificuldades de comunicação atrapalhavam o entendimento sobre o serviço a ser executado ou o valor a ser recebido.

A equipe também identificou diversos casos no grupo que queriam trazer a família por questões de saúde. Filhos ou outros familiares doentes que estavam longe, sem acesso à tratamento adequado ou a remédios necessários. Uma observação levantada pela equipe é que os venezuelanos continuavam acompanhando os acontecimentos de seu país, e ficavam sempre muito preocupados com as notícias sobre escassez de alimentos, faltas de energia e água, e isso gerava uma apreensão coletiva. Assim, havia no grupo um sentido de urgência e preocupação constante por trazer seus familiares. No abrigo, havia internet disponível e isso contribuía para que continuassem em contato com suas famílias.

Houve muitos questionamentos quanto ao funcionamento da legislação trabalhista brasileira, segundo a equipe. No início, ficaram decepcionados sobre como seria realizado o pagamento pelos empregadores e, após receberem o salário, sobre os descontos. De forma geral, a equipe notou um desconhecimento geral sobre essas questões, principalmente pelo fato de que o salário acertado com as empresas na carteira de trabalho ainda passaria por descontos, como a contribuição ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) e o custo de transporte. Assim, ficaram descontentes porque o salário acertado não seria equivalente ao recebido no final do mês. No caso dos trabalhos por diárias, a equipe recebeu reclamações também quanto ao fato de não receberem no mesmo dia do serviço prestado.

Quanto à documentação, a equipe relatou que precisou lidar com as dificuldades de empresas sobre a documentação apresentada pelos migrantes. O *software* utilizado por empresas de maior porte só aceitava o RNM como documento de identificação de migrantes. Por isso, as empresas não conseguiam completar o cadastro com o número do protocolo de solicitação de refúgio no sistema de contratação. A equipe relatou que esse problema com as

empresas acabou gerando outra demanda quanto à regularização migratória do grupo. Ao passarem por essa dificuldade no momento de sua contratação, alguns venezuelanos que tinham como documento a solicitação de refúgio em andamento, pediram para encaminhar outro pedido de autorização de residência pela Portaria Interministerial nº 9, pois assim teriam acesso ao RNM de forma mais rápida, já que a análise de refúgio costuma demorar mais tempo pelo governo brasileiro (como publicado pelo CONARE em reportagem, atualmente pode levar anos para ser concluída¹⁴).

Além do trabalho, outras ações foram desenvolvidas durante o acolhimento no abrigo. A equipe informou que uma professora voluntária ofereceu aulas de português uma vez por semana durante os três primeiros meses de acolhimento no abrigo. Depois, contavam com aulas em uma igreja católica. Outra parceria foi com a Faculdade Inedi - Cesuca, que possibilitou o acesso dos venezuelanos para utilização da biblioteca e de computadores com internet (de segunda a sexta, nos três turnos, e aos sábados pela manhã).

No fim de novembro, foi realizado um evento informativo com uma advogada para tratar sobre as leis brasileiras e, em especial, o assunto foi a violência contra as mulheres e a Lei Maria da Penha. Em dezembro, a equipe do abrigo organizou uma confraternização entre os funcionários e os venezuelanos acolhidos com a realização de um churrasco de final de ano para celebrar o Ano Novo.

6.2.3 Funcionamento do acolhimento

No início do acolhimento, alguns venezuelanos decidiram sair do abrigo em pouco tempo. A equipe avaliou que estavam focados em realizar a mudança do abrigo para poder trazer a família que ficou para trás, já que não era possível acolher as famílias nesse espaço. Ao mesmo tempo, a equipe contou que teve situações desafiantes como, por exemplo, alguns venezuelanos queixavam-se que, em Boa Vista, foram informados de que viriam na Interiorização com moradia por seis meses no abrigo e com vagas de emprego garantidas. Nessas situações, a equipe disse que recebeu cobranças de que a Prefeitura seria responsável por conseguir empregos e que também era questionada quanto ao tempo que poderiam permanecer no abrigo. Os venezuelanos afirmavam saber que o aluguel do prédio estava pago pelo ACNUR e que o governo havia feito o repasse de recursos para seis meses de abrigo.

A equipe disse que repassou as críticas e questionamentos ao MDS e ACNUR, e que

¹⁴ Essa informação pode ser conferida aqui: <https://g1.globo.com/mundo/noticia/brasil-tem-86-mil-estrangeiros-aguardando-resposta-sobre-refugio-e-14-funcionarios-para-avaliar-pedidos.ghtml>

recebeu a orientação de que os venezuelanos haviam assinado um termo de voluntariedade de que não havia garantias de emprego. Do outro lado, os venezuelanos afirmavam à equipe que não foram bem informados ou que não tiveram a oportunidade de ler com atenção o termo de voluntariedade assinado.

Quanto ao funcionamento do abrigo, outro desafio apontado pela equipe foi em relação à organização nos espaços coletivos. A limpeza e a alimentação foram organizadas em uma escala rotativa por quartos, que deveriam executar essas tarefas diárias. A equipe observou que essas atividades eram executadas diariamente pelas mesmas pessoas e que houve dificuldades quanto ao cumprimento e aceitação dessas regras pelo grupo.

Após os dois primeiros meses, a equipe observou que algumas pessoas estavam trabalhando, mas mandavam quase todo dinheiro recebido no trabalho para as famílias e, assim, não estavam se organizando para sair do abrigo. A equipe decidiu então acrescentar uma nova regra: após 30 dias em trabalho com carteira assinada, a pessoa deveria sair do abrigo.

A equipe afirmou ter tomado essa decisão para reforçar o entendimento de que o abrigo era temporário, e para frisar que havia uma data prevista para finalização das atividades. A equipe contou que conversou diversas vezes com os venezuelanos sobre a construção de sua autonomia, de que o abrigo não era uma alternativa oferecida para economizar recursos para enviar às famílias, e sim que deveriam pensar a saída do abrigo como o primeiro passo necessário para trazerem suas famílias.

Essa regra foi criada no fim de novembro. A equipe identificou as pessoas que estavam trabalhando, que então receberam a notificação de que em breve deveriam sair do abrigo. A equipe afirmou que prestou um acompanhamento individualizado nesse processo de mudança, para que saíssem do abrigo com moradia alugada e em condições básicas para a construção de suas vidas na cidade de forma autônoma.

A equipe contou que dez pessoas saíram logo nos primeiros dois meses de forma espontânea. Após implementada a regra dos 30 dias para a saída, foi elaborada uma lista com 16 pessoas que deveriam organizar sua saída. Depois dessa primeira fase de adaptação e da lista, os casos foram individualizados. Cada vez que uma pessoa completava um mês na vaga de trabalho, passava para o acompanhamento e da organização de sua saída.

Ao final de dezembro, quando a Interiorização completou três meses na cidade, cerca de 50 venezuelanos ainda estavam morando no abrigo. Dentre esses, cerca de 30 já trabalhavam com carteira assinada, e os restantes ainda não estavam trabalhando ou estavam em trabalhos de diárias.

A partir disso, a equipe gerenciou caso a caso. As saídas foram mais frequentes durante os meses de janeiro e fevereiro, e poucas pessoas ficaram até o tempo final do abrigo. A equipe relatou que houve casos acordados de pessoas que ficaram mais tempo no abrigo, pois estavam aguardando colegas conseguirem trabalho para o aluguel de casa juntos. Seis venezuelanos ficaram até a semana final de funcionamento do abrigo, sendo que alguns estavam quase completando um mês de trabalho e outros estavam em trabalhos temporários. Ao fechamento do abrigo, apenas um venezuelano não estava trabalhando, e acabou sendo acolhido por colegas.

Ainda, próximo ao fechamento do abrigo, a equipe notou que estava sobrando alimentação devido às saídas e porque a Marinha havia programado a distribuição para 80 pessoas para os seis meses de acolhimento. A equipe organizou a entrega de cestas básicas no final da Interiorização e cada venezuelano acabou recebendo duas cestas básicas no fechamento do abrigo (os que já haviam saído antes foram chamados para buscar a doação).

Após a Interiorização, a equipe contou que os venezuelanos estão morando de aluguel em casas, pensões e apartamentos. A equipe também contou que houve alguns grupos formados entre os venezuelanos para o aluguel de casas em conjunto, com o valor médio de R\$ 600 na cidade, sendo dividido entre duas ou três pessoas.

6.2.4 Fim da Interiorização

A equipe apresentou um *PowerPoint* com informações sobre o acolhimento dos 80 venezuelanos após a Interiorização (abril de 2019), que serão apresentadas a seguir. Sobre trabalho: 67 venezuelanos estavam inseridos no mercado formal de trabalho (com vínculo empregatício registrado em carteira de trabalho), e 13 venezuelanos estavam atualmente no mercado informal, envolvidos com empregos temporários ou trabalhos por diárias.

Sobre a cidade: 53 venezuelanos ainda estão residindo em Cachoeirinha; Na Região Metropolitana estão 19 venezuelanos, morando nas cidades Porto Alegre, Gravataí e Osório; Sete foram morar no interior do Rio Grande do Sul, e essas saídas foram para o preenchimento de vagas de trabalho. Desses, quatro venezuelanos estão morando e trabalhando em Passo Fundo, dois foram para Marau trabalhar em um aviário e um foi para Cachoeira do Sul trabalhar como caseiro em uma propriedade rural. Um venezuelano decidiu voltar para Roraima por motivos pessoais, e teve auxílio de uma igreja para a compra de passagem. Saiu de Cachoeirinha para São Paulo, e posteriormente iria até Boa Vista.

Sobre reunificação familiar: 15 venezuelanos conseguiram trazer as famílias de Boa

Vista e Pacaraima, totalizando mais 47 pessoas que chegaram em Cachoeirinha recentemente. Essas famílias vieram com o auxílio da OIM de reunificação familiar, com exceção de um caso que teve auxílio financeiro de entidade religiosa para trazer a família de Boa Vista.

Sobre educação: três venezuelanos que vieram pela Interiorização começaram a estudar na rede de Educação de Jovens e Adultos (EJA) do município. Das famílias recentemente chegadas, 11 crianças foram matriculadas na rede pública de ensino fundamental. Ainda, a Secretaria estima que as famílias vão continuar na região a longo prazo, com a continuidade de novas chegadas nos próximos meses e com a projeção de que, ao todo, serão 400 venezuelanos vivendo no município.

A equipe informou que segue atendendo aos venezuelanos e suas famílias recém chegadas pois a secretaria virou ponto de referência para os migrantes. A cada nova chegada de familiares ou quando precisam de auxílio em questões diversas, realizam uma visita aos antigos funcionários do abrigo. A secretaria fica no prédio da Prefeitura, localizado em área central e de fácil acesso na cidade e, inclusive, próxima do antigo abrigo Centro Humanitário Nossa Gente.

As novas demandas são relacionadas a questões de documentação para os recém chegados ou então para trocar o tipo de regularização migratória (da solicitação de refúgio para autorização de residência de país fronteiriço), além de questões de saúde, segundo a equipe. Além disso, a equipe também relatou que os venezuelanos procuram tirar dúvidas e fazer reclamações quanto ao mercado de trabalho brasileiro e quanto ao valor de aluguel das moradias. A equipe notou que isso acontece devido a combinação entre os baixos salários e o alto custo de vida (principalmente, aluguel da moradia e alimentação), custos que começaram a ter após a saída do abrigo e, assim, sobra pouco dinheiro para o envio a suas famílias. Além disso, outro ponto destacado sobre o aluguel para os venezuelanos é que o valor acaba sendo maior que o esperado, pois não inclui gastos com água e luz.

Por fim, no momento da entrevista a equipe disse estar buscando contatar outros públicos migrantes que já moram na cidade há mais tempo, como as comunidades senegalesa e haitiana, para conhecer suas necessidades e elaborar outras possibilidades de atuação da Prefeitura. Dentro dessa ideia, e também para formalizar os atendimentos que já estão ocorrendo aos migrantes venezuelanos que buscam auxílio na Secretaria, a equipe contou estar trabalhando internamente para a criação de um Serviço Especializado de Atendimento a Migrantes e Refugiados em Cachoeirinha.

7. ANÁLISE DA INTERIORIZAÇÃO

A conceitualização desenvolvida sobre integração local no referencial teórico é a base para analisar, neste capítulo, a trajetória de ações desenvolvidas pelo poder público municipal durante o acolhimento aos venezuelanos recepcionados pela Interiorização, ao longo dos seis meses de funcionamento do abrigo de Cachoeirinha.

7.1 A construção da integração local pela Interiorização

Considerando a conceitualização desenvolvida ao longo do referencial teórico, o processo de integração local pode ser descrito como complexo, interdisciplinar e dinâmico. Castles *et al.* (2002) desenvolvem a integração como um esforço conjunto entre as partes, dos migrantes e da sociedade anfitriã. E Penninx (2005) identifica que a integração ocorre em todas as esferas, no nível local, nacional e internacional, mas reforça a importância do processo desenvolvido por governos locais e cidades.

A Interiorização enquanto ação apresenta uma complexa operacionalização de recursos, de atores políticos e de meios para o seu desenvolvimento, em um cenário de intensa articulação entre Governo Federal e atores locais em diversas cidades do Brasil. Nesse sentido, a iniciativa da Interiorização já foi apontada como um “movimento pré-ordenado e controlado por instâncias do poder público federal e por organizações internacionais” (MERIGUETI; ROSA, 2018, p. 309). A Interiorização possibilita organização prévia de entes locais para a recepção dos venezuelanos, conforme abordado por Meriguetti e Rosa (2018), de que a ação proporcionou uma “situação de controle e de maior institucionalidade” (MERIGUETI; ROSA, 2018, p. 309).

Em relação a outras cidades brasileiras que receberam a modalidade abrigo da Interiorização, foi possível encontrar o relato de Carvalho *et al* (2018, p.302) que, na experiência da instituição Missão Paz (um dos atores locais responsável pelo acolhimento em São Paulo), os migrantes tinham “vulnerabilidades como medo, insegurança, dispersão familiar, ansiedades para acesso ao trabalho, educação, saúde, moradia”. E sobre o processo de acolhimento na instituição, Carvalho *et al.* (2018) comentam:

Acolhida como um processo de várias dimensões e não um ato pontual. A acolhida não se limita a dar um lugar para dormir, se alimentar e, em alguns casos, aulas de português. A acolhida é um processo que passa por várias etapas e que continua após a saída da Casa do Migrante; conta com a participação de vários atores, seja da sociedade civil, seja das instituições públicas como também dos próprios migrantes;

compreende também a organização, articulação e incidência política para o acesso à educação, à saúde, à moradia, proposição e implementação de políticas públicas (CARVALHO *et al.*, 2018, p. 303)

Nesse sentido, Baltar (2018) também escreve sobre a experiência da Interiorização no Paraná, e ressalta-se o envolvimento dos atores e, em especial, a importância da participação de atores locais:

É importante que esse processo se desenvolva, de fato, com o envolvimento ativo de todos os atores previstos para essa ação, especialmente aqueles situados no contexto local, de recepção desses migrantes, ou seja, poder público local e associações da sociedade civil. (BALTAR *et al.*, 2018, p. 290)

No caso de Cachoeirinha, o acolhimento da Interiorização foi uma ação pioneira para os atores envolvidos em âmbito local. Primeiro, para os migrantes venezuelanos que estão em uma nova sociedade de acolhida, com prováveis diferenças e proximidades da realidade brasileira que, antes de vir à Cachoeirinha, vivenciaram em Boa Vista e Pacaraima. Segundo, para a equipe de gestão do abrigo, a qual teve que desenvolver novas habilidades durante a Interiorização, já que não tinha conhecimentos ou experiência prévia sobre a recepção e acolhimento de migrantes e para trabalhar suas demandas específicas. Por isso, foi possível constatar através da entrevista que o desenvolvimento do processo de integração local fez parte da formação de conhecimentos na área para os agentes municipais envolvidos.

Moreira (2014), ao trabalhar sobre os atores envolvidos na integração dos refugiados no Brasil, discute que, predominantemente, eles são acolhidos pela sociedade civil. Em comparação, a Interiorização foi um processo inédito porque passou a responsabilizar o poder público municipal pelo desenvolvimento do acolhimento em nível local dos migrantes recepcionados na cidade. Inclusive, na análise documental, não foi possível encontrar qualquer menção a um plano do Governo Federal sobre o acolhimento local para a Interiorização, deixando o processo de integração dos venezuelanos inteiramente para a gestão do ator local.

Foi constatado que o poder público municipal de Cachoeirinha recebeu a Interiorização e tornou-se protagonista da integração em nível local, desenvolvendo o acolhimento dentro de suas possibilidades de atuação, das condições locais e das demandas do grupo, sem necessariamente seguir um padrão de acolhimento de uma ação que foi idealizada e construída em nível federal. Através do relato da gestão, foi possível verificar que não houve um controle ou suporte direto do Governo Federal para as ações, responsabilidades e necessidades da gestão municipal. Como o ACNUR alugou o prédio, a gestão do abrigo

contou com o apoio técnico das visitas da Asav, que atuou ao longo da Interiorização como instituição mediadora para o ACNUR e compartilhou algumas responsabilidades de atendimento e de demandas dos venezuelanos.

7.2 As dimensões do processo de integração local

Em síntese, os autores citados no referencial teórico trabalham como dimensões do processo de integração de migrantes e refugiados em uma nova sociedade os seguintes aspectos: a) Crisp (2004) apresenta as dimensões da integração em três processos: legal (aquisição de residência), econômico (meios de subsistência) e social (viver entre e com a população anfitriã); b) Penninx (2005) trata sobre as três dimensões da cidadania: jurídico/político (direito a residência e direitos políticos), socioeconômico (mercado de trabalho e seguridade social) e cultural e religioso (respeito e possibilidade de grupos culturais, étnicos ou religiosos); c) Ager e Strang (2008) com os domínios: emprego, habitação, educação, saúde, cidadania, direitos, conexão social e barreiras estruturais relacionadas à língua, cultura e ambiente local; d) Moreira (2014) traz as esferas: social, cultural, étnica, religiosa, econômica, política, psicológica e espacial.

Ressalta-se também que Ager e Strang (2008) incentivam a adaptação dos domínios à realidade local na qual serão aplicadas para uma avaliação da integração local de refugiados. Sob esse contexto, serão estabelecidas conexões desses aspectos do processo de integração local desenvolvidos pelos autores enunciados com as ações, decisões e relações interinstitucionais traçadas pela gestão municipal de Cachoeirinha durante o acolhimento no abrigo da Interiorização. Considerando a experiência da Interiorização, serão discutidas as dimensões: normativa, da saúde e assistência social, laboral, educacional, social e habitacional.

7.2.1 Identificação de demandas e expectativas

Após a chegada dos dois grupos de venezuelanos recepcionados no fim de setembro de 2018, conforme informado na entrevista pela gestão, a primeira ação desenvolvida do abrigo foi a realização de entrevistas para conhecê-los e identificar as necessidades individuais. Isso também ajudaria o desenvolvimento do próprio trabalho já que isso permitiu que entendessem a partir dos próprios venezuelanos suas expectativas e sobre quais aspectos deveriam focar o trabalho a curto e longo prazo no acolhimento.

Esse momento também embasou o trabalho da equipe que, a partir da identificação das demandas, pôde procurar apoio com outras instituições, realizando parcerias ou convocando outros órgãos e agentes públicos para o encaminhamento das necessidades específicas do acolhimento. O desenvolvimento desse diagnóstico pode ser considerado como a primeira ação do poder público sobre o processo de integração local dos migrantes venezuelanos acolhidos na Interiorização.

7.2.2 Dimensão normativa

Referente aos conceitos construídos por Crisp (2004) sobre aspecto legal, Penninx (2005) sobre a cidadania jurídica e política e Ager e Strang (2008) sobre o domínio normativo, quando os venezuelanos foram realocados pela Interiorização, um dos critérios para participar da estratégia era a regularização migratória. No entanto, conforme observado na saída de campo e com a entrevista, durante o acolhimento da Interiorização surgiram demandas para a gestão do abrigo e para Asav quanto a aspectos complementares a sua regularização migratória, como a troca do pedido de refúgio por autorização de residência e transferência do documento RNM de Roraima para o Rio Grande do Sul.

Esses casos demonstram que, mesmo que a princípio os migrantes já viriam com documentação completa e regularização migratória, a gestão municipal necessitou trabalhar sobre demandas jurídicas ou legais durante o acolhimento. Como foi identificado que não havia envolvimento prévio à Interiorização com o tema das migrações, o poder público municipal não estava apto a encaminhar essas demandas no momento inicial de acolhimento da Interiorização. Ao mesmo tempo, os migrantes acolhidos não estavam totalmente desprovidos desse atendimento, já que o abrigo contou com a assessoria da equipe da Asav, que desenvolve o trabalho de reassentamento de refugiados e assumiu essas responsabilidades, auxiliado nessas dificuldades da falta de preparo do poder público nesse quesito.

Na questão específica trazida na entrevista sobre o problema de contratação dos migrantes pela falta do RNM como documento de identificação, foi um equívoco encaminhar o pedido de autorização de residência, se a intenção de troca foi apenas motivada por isso. Se houvesse conhecimento prévio da gestão sobre os direitos dos migrantes enquanto solicitantes de refúgio, saberia informar às empresas e aos venezuelanos que não há qualquer impeditivo para sua contratação, e que o protocolo de refúgio é um documento de identificação válido que substitui o RNM até que o migrante tenha seu pedido de refúgio analisado e julgado. Essa

resolução encaminhada é muito questionável, já que o problema da contratação deveria ser resolvido pelas empresas e não justificaria a modificação na regularização migratória dos venezuelanos.

Caso tenha ocorrido a desistência do pedido de refúgio e não uma complementariedade da residência até que o refúgio seja julgado, a troca de regularização migratória é uma situação grave pois os migrantes deixam de receber e ter acesso a um sistema de proteção internacional para refugiados. Isso influencia diretamente em sua integração a longo prazo já que, como refugiados, por exemplo, podem ter acesso à facilitação da documentação na revalidação de diplomas ou a editais específicos de ingresso em universidades brasileiras, entre outras políticas excepcionais elaboradas exclusivamente para os refugiados. Esses exemplos demonstram a importância do conhecimento prévio e envolvimento com a temática por gestores, organizações e poder público que receberão migrantes nas cidades de acolhida da Interiorização.

Mesmo sem contato prévio com essas informações sobre o campo das migrações, havia outras formas do poder público de Cachoeirinha contornar a falta de conhecimentos na dimensão normativa. Assim que a gestão municipal começou os preparativos para a Interiorização, deveria ter procurado construir maior proximidade com a rede de instituições que atuam, por exemplo, no FPMH/RS ou ainda consultar o corpo técnico atuante na temática de órgãos públicos federais, como a Defensoria Pública da União e Polícia Federal. A gestão também poderia procurar no próprio quadro técnico municipal pela assessoria de profissionais da área jurídica e, ainda, realizar parcerias com instituições não governamentais que prestam assessoria jurídica gratuitamente a migrantes e refugiados.

A dimensão normativa mostrou-se como ponto de partida para possibilitar o posterior desenvolvimento da integração em outras áreas e, em especial, destaca-se a dimensão laboral. Ainda, Penninx (2005) trata o acesso ao mercado de trabalho como aspecto a ser tratado como prioritário e a curto prazo da integração. Constata-se, então, que a falta de conhecimentos específicos pela gestão municipal sobre regularização migratória (e outros temas normativos pertinentes à integração dos migrantes na sociedade brasileira) pode ter dificultado o desenvolvimento inicial da dimensão laboral durante o acolhimento da Interiorização.

7.2.3 Dimensão da saúde e assistência social

A dimensão da saúde, conforme elencada por Ager e Strang (2008), foi considerada como área prioritária no início do acolhimento. Sua relevância pode ser considerada devido ao

contexto de vinda do grupo, que já estava vivendo em uma situação de vulnerabilidade em Roraima. Nesse quesito, a integração inicial na área de saúde e assistência social durante o acolhimento em Cachoeirinha foi realizado com o envolvimento de outros setores públicos e esferas governamentais para suprir as demandas individuais e propiciar o acompanhamento dos casos.

Além do esforço em realizar mutirões de saúde e da assistência social, cabe ressaltar que, durante o período no abrigo, os venezuelanos estiveram assessorados na rede local de saúde, inclusive com horário extraordinário de atendimento no posto de saúde. Criou-se assim uma referência para os venezuelanos sobre onde procurar pelos serviços de saúde e assistência social na rede pública, mesmo após a finalização do acolhimento. Isso demonstra que a integração nessas áreas foi positiva desde o início da Interiorização no município, possibilitando a criação e continuidade desse vínculo a longo prazo.

7.2.4 Dimensão laboral

Crisp (2004) categoriza no processo econômico a criação de meios de subsistência, Penninx (2005) inclui o mercado de trabalho na dimensão socioeconômica e Ager e Strang (2008) citam emprego como domínio no processo de integração. A dimensão laboral caracteriza-se pelos agentes e o ambiente de trocas para sua concretização. Depende tanto dos migrantes (de sua qualificação e experiência profissional), como também do mercado de trabalho local (de sua empregabilidade e das oportunidades disponíveis).

Na saída de campo e na entrevista, foi observado que o poder público municipal manteve como foco de atuação a inserção do grupo no mercado de trabalho durante o acolhimento da Interiorização. No entanto, nas questões econômica e laboral há diversos entraves a serem trabalhados em conjunto com as demais esferas de governo, migrantes e outros atores envolvidos.

O primeiro ponto a ser discutido nesta dimensão é referente à situação econômica dos migrantes recepcionados, e sua relação com a oferta de moradia no abrigo e o tempo de acolhimento pela Interiorização. O tempo de moradia no abrigo temporário ofertado aos venezuelanos – se fosse igual ao tempo de funcionamento do abrigo, seria de seis meses. No entanto, a realidade é que, ao longo do acolhimento no abrigo de Cachoeirinha, a gestão municipal modificou essa regra de forma autônoma. Após completar 30 dias em uma vaga de trabalho com carteira assinada, o migrante deveria efetuar sua saída do abrigo (sendo auxiliado pela gestão para isso).

Conforme mencionado na entrevista, a gestão identificou que os migrantes priorizavam ajudar financeiramente os familiares que ficaram em Roraima e Venezuela e, como isso era uma questão urgente para eles, as remessas de dinheiro continuariam até quando fosse possível. Na perspectiva da gestão, ao auxiliar suas famílias à distância, os migrantes utilizavam o tempo de moradia no abrigo para economizar nos seus gastos, sem poupar ou investir na sua autonomia financeira para a saída do abrigo temporário.

Essa posição e a mudança da regra de saída do abrigo demonstram, novamente, a falta de envolvimento e conhecimento prévio sobre migrações. Assim, a gestão desconhecia ou ignorou questões primordiais, como: primeiro, a relação entre migrar e a busca por melhores condições de vida, por questões econômicas, por emprego, etc; segundo, o contexto do atual fluxo migratório venezuelano; terceiro, a demanda econômica identificada sobre o grupo recepcionado.

Assim, verifica-se que a atuação da gestão sobre esse ponto é que optou-se por não ofertar os seis meses disponíveis de funcionamento do abrigo como o tempo de moradia para os venezuelanos. Isso indica que, possivelmente, houve casos em Cachoeirinha de migrantes venezuelanos que tiveram de deixar o local antes do tempo que poderiam permanecer morando no abrigo.

Complementarmente, foi verificado na entrevista e na análise documental que, após a realocação de Roraima, o Governo Federal entregou o gerenciamento do acolhimento da Interiorização para o ator local. A falta de controle pelo Governo Federal e a independência estimulada para a gestão local do acolhimento podem ter facilitado a não problematização dessa mudança de regras ao longo do acolhimento. Por isso, devido essa liberdade de ação, supõe-se que o ator local estava autorizado para agir dessa forma mas, ao mesmo tempo, isso indica que os migrantes interiorizados ficaram totalmente a mercê das decisões do ator local durante o acolhimento.

Sobre a atuação da gestão municipal para a inserção dos migrantes no mercado de trabalho, como mencionado na entrevista, as principais ações foram: a) buscar a parceria com a agência do Sine de Cachoeirinha, para a confecção de currículos e encaminhamentos para vagas de trabalho; b) intermediar contratações com empresas que buscavam o abrigo diretamente, em especial após a cobertura da mídia sobre a vinda dos venezuelanos para o Rio Grande do Sul; c) acompanhar os migrantes em processos seletivos coletivos, fortalecendo o apoio direto aos venezuelanos e para as empresas.

Por outro lado, nem todas as oportunidades de trabalho foram acompanhadas diretamente pela gestão do abrigo. Essa falta de controle pode ter contribuído para a exposição dos

migrantes a situações de exploração de sua mão de obra ou a condições de subemprego, conforme relatado na entrevista e observado em assuntos discutidos na saída de campo.

Sem alternativas melhores, a urgência em iniciar uma atividade remunerada e o tempo estabelecido para a saída do abrigo podem ter contribuído para colocar os venezuelanos em uma situação difícil. Tratava-se de uma necessidade aceitar trabalhos temporários e por diárias. A informalidade das vagas, as condições de trabalho, a quantidade de horas trabalhadas, os valores abaixo do que a lei trabalhista designa e, ainda, os desentendimentos sobre valor a receber foram algumas das situações relatadas.

Sobre esse assunto, Carvalho *et al.* (2018) contam a experiência da Interiorização na Missão Paz: “a situação de vulnerabilidade, a ânsia por emprego imediato e o desejo de retornar o curso de suas vidas tornam migrantes alvos preferenciais de empresas ou agenciadores de má índole que os submetem a mecanismos perversos de exploração” (CARVALHO *et al.*; 2018, p. 297). Isso também pôde ser percebido durante o acolhimento em Cachoeirinha, o que demonstra que a precariedade na integração laboral pode ser considerada como um fenômeno nacional e não fato isolado e característico apenas da experiência da Interiorização na cidade analisada.

No entanto, para o combate dessas situações seria importante uma atuação do poder público municipal. Como apontado na entrevista, houve intermediações e atendimentos pontuais nos casos de exploração. Mas, devido ao contexto da informalidade enfrentado pelos venezuelanos durante o acolhimento de forma geral, esse assunto poderia ser combatido com a prestação de informações ao coletivo sobre direitos e deveres do trabalhador no Brasil, reduzindo o desconhecimento sobre a legislação trabalhista, proporcionando maior protagonismo aos migrantes, e também enfrentando as situações de descontentamento quanto aos descontos legais no salário, relatadas na entrevista.

A gestão poderia ter organizado eventos informativos com especialistas para esclarecer pontos da legislação trabalhista brasileira para os migrantes, por exemplo. Mesmo que a gestão municipal do abrigo não tenha esse conhecimento técnico legal e jurídico, mais uma vez haveria alternativas para solução, como buscar parcerias com instituições atuantes na temática ou profissionais do corpo técnico municipal que trabalham na área jurídica.

Além dessas situações de exploração e da informalidade, outros problemas também aconteceram na integração laboral dos migrantes no mercado formal. A inserção no mercado de trabalho em vagas não condizentes com a qualificação apresentada pelos migrantes e também, por isso, a posterior situação que os venezuelanos, em sua maioria, preencheram vagas com remuneração baixa. Foi comentado pela equipe na entrevista que houve

descontentamento do grupo de forma geral sobre a questão da baixa remuneração, pois isso gerava outros problemas pessoais, como o alto custo de vida e porque precisavam, além do sustento próprio, enviar dinheiro para suas famílias.

Dois pontos precisam ser discutidos sobre a precariedade da inserção no mercado de trabalho formal: a falta da documentação necessária e as dificuldades dos processos de revalidação de diplomas. O problema vivenciado na Interiorização em Cachoeirinha foi que a maioria dos venezuelanos não trouxe os documentos necessários para o Brasil, tanto para abrir o processo de revalidação de Ensino Médio como de Ensino Superior, o que será tratado com maior profundidade na dimensão educacional.

Como relatado na entrevista, a situação da falta de documentos para a revalidação dificultou a candidatura para vagas de emprego de empresas que exigiam a comprovação do Ensino Médio. Ainda, outro caso é que, mesmo que o migrante apresentasse a escolaridade de nível superior, a falta de revalidação tornou-se um entrave na busca de empregos em sua formação acadêmica.

Por isso, o cenário da dimensão laboral é permeado por situações de difícil gerenciamento, de muitas dificuldades e desafios a serem enfrentados, que atravessam o desenvolvimento da integração em âmbito local. A realidade da inserção laboral em Cachoeirinha, desenvolvida em grande parte pelo poder público municipal, está longe de uma situação de empregabilidade ideal, se considerada a discrepância entre vagas preenchidas e a qualificação profissional dos migrantes.

No entanto, nos dados apresentados na entrevista pelo poder público sobre a inserção dos venezuelanos recepcionados no mercado de trabalho formal e informal, a maioria dos venezuelanos estava trabalhando com carteira assinada e, ao menos quem não estava empregado formalmente, estava desenvolvendo atividades temporárias. Isso indica que, durante o tempo de acolhimento da Interiorização, a gestão municipal conseguiu fazer os encaminhamentos necessários para iniciar a integração laboral dos migrantes, apesar das dificuldades enfrentadas no campo.

Constata-se que o foco do acolhimento na Interiorização pela gestão municipal foi a integração laboral, e que a equipe buscou principalmente a inserção no mercado de trabalho formal dos migrantes. É preciso levar em conta o curto período de tempo que a gestão municipal teve para desenvolver e solucionar a questão da autonomia financeira dos migrantes. O apoio de acolhimento oferecido pela Interiorização foi de até seis meses. Nesse contexto, o resultado alcançado pela gestão (de que a maioria dos migrantes conseguiu sua inserção no mercado de trabalho formal durante o acolhimento) pode ser considerado como

exitoso já que, de certa forma, resolveu a urgência inicial do grupo e iniciou a construção de sua autonomia em âmbito local.

A discussão sobre a precariedade do trabalho e do subemprego não alcançou relevância suficiente para ação por parte da gestão municipal - até porque, em grande parte, essas questões transpassam o âmbito local e não seriam solucionadas diretamente por sua atuação. Então, para além da atuação da gestão municipal, ressalta-se então que os desafios e as dificuldades da integração laboral dos venezuelanos em âmbito local (questões como a comprovação de escolaridade, revalidação, informalidade, exploração da mão de obra, etc.) deverão ser evidenciadas e trabalhadas também por atores das demais esferas governamentais, por instituições não governamentais e da sociedade civil e pelo empresariado. Assim, no longo prazo, a integração laboral dos migrantes venezuelanos no Brasil possa ser desenvolvida levando em conta sua qualificação profissional, com melhores oportunidades de trabalho e inserção formal, e com respeito a seus direitos e à legislação trabalhista.

7.2.5 Dimensão educacional

Ager e Strang (2008) tratam da questão educacional diretamente como um dos domínios da integração local. No caso de Cachoeirinha, o grupo de venezuelanos que veio no momento da Interiorização era composto de homens adultos e, portanto, não foi identificada a demanda por educação infantil, a qual poderia ser responsabilidade do poder público municipal conseguir vagas.

Por outro lado, surge com o grupo outro tipo de demanda na área educacional. A revalidação da escolaridade para o exercício profissional torna-se uma questão importante. No entanto, os trâmites necessários para revalidar diplomas de Ensino Médio e Ensino Superior no Brasil transpassam a responsabilização de atuação pela gestão municipal.

Para os casos de migrantes venezuelanos que trouxeram os diplomas, o poder público municipal poderia atuar no encaminhamento junto aos órgãos e instituições competentes para realizar a revalidação. Mas, na entrevista com a gestão municipal, foi relatado que não houve casos de revalidação de diploma durante o acolhimento da Interiorização. Foi mencionado que havia muita dificuldade de interpretar e reconhecer a escolaridade dos venezuelanos, não pela possível falta de formação acadêmica, e sim porque não conseguiram trazer documentos para o Brasil. Como será explicitado a seguir, essa questão envolve, principalmente, um planejamento prévio à migração.

A revalidação de diploma de nível médio é realizada pelo Conselho Estadual de

Educação do Rio Grande do Sul, com a abertura de um processo com trâmite, de certa forma, rápido e simples. No entanto, a principal dificuldade a ser atendida é quanto à exigência de consularização da documentação de escolaridade por representação diplomática brasileira no país de origem. Isso aponta que há uma necessidade de organizar essa documentação previamente, tornando-se um problema ou uma impossibilidade revalidar os estudos de Ensino Médio se não foi feita essa consularização antes da saída da Venezuela.

Quanto ao processo de revalidação de diploma de nível superior, a dificuldade pode ser ainda maior. Para além da questão sobre a documentação exigida, o processo tem um alto custo para ser iniciado e um prazo de tramitação longo. Primeiro, a pré-análise do processo é realizada através da plataforma Carolina Bori (do Ministério da Educação) e, posteriormente, com prazo de, aproximadamente, um ano para ser analisado pela universidade federal revalidante.

Por isso, a atuação na dimensão educacional transpassou o gerenciamento da gestão municipal, e precisa ser trabalhada em âmbito federal. Por exemplo, o Governo Federal poderia lançar alternativas à revalidação. Esse ator tem um papel importante de mobilizar e sensibilizar conselhos de classes profissionais e sindicatos, proporcionando outras formas de exercício profissional e reconhecimento da qualificação.

Foi possível identificar outros enfoques para o desenvolvimento da integração através da educação. Nesse sentido, uma parceria realizada pelo poder público municipal com uma faculdade local possibilitou o auxílio da área da Psicologia no início do acolhimento e também da possibilidade de acesso pelos venezuelanos para a utilização da biblioteca nessa faculdade.

Além disso, mesmo não sendo foco de análise neste trabalho, cabe mencionar que, no momento posterior ao acolhimento da Interiorização, alguns venezuelanos estavam estudando no EJA em Cachoeirinha. Ainda, no caso de familiares recepcionados no município após a Interiorização, crianças foram atendidas com vagas na rede pública de ensino local. São indícios de que houve iniciativa do poder público municipal em trabalhar na construção a longo prazo da dimensão educacional como uma das formas de integração dos migrantes venezuelanos na cidade.

7.2.6 Dimensão social

Ager e Strang (2008) referem-se ao processo de conexão social como as trocas desenvolvidas entre e dentro dos grupos de migrantes e com a comunidade local. Pode-se

nessa dimensão mencionar sobre as relações construídas ao longo do acolhimento entre os próprios venezuelanos, laços que provavelmente continuarão após o término da Interiorização.

Na saída de campo, foi possível observar que o espaço de convivência coletivo, montado no salão amplo nos fundos do prédio possibilitava momentos de interação entre os venezuelanos. No entanto, a residência no abrigo era temporária e essa condição pode ter prejudicado o estabelecimento e continuidade de vínculos dos migrantes com a comunidade local.

Sobre as barreiras estruturais da língua, de Ager e Strang (2008), presume-se que o pouco tempo de acolhimento no abrigo proporcionou o desenvolvimento de conhecimento básico da língua portuguesa. A continuidade do aprendizado virá ao longo de sua vivência na sociedade brasileira, em momento posterior ao acolhimento da Interiorização.

Foi mencionado durante a entrevista que as comunidades religiosas estavam prestando apoio de forma independente para alguns migrantes. Isso indica que o viés social foi trabalhado ainda durante o acolhimento por organizações não governamentais. Esse fato vai de acordo com a realidade brasileira apontada por Moreira (2014) de que “as iniciativas voltadas para a integração dos refugiados no Brasil são levadas a cabo preponderantemente pela sociedade civil” (MOREIRA, 2014, p. 33), e, em grande parte, menciona-se a assistência prestada por congregações religiosas a migrantes e refugiados.

O trabalho desenvolvido diretamente pela gestão municipal não teve ampla cobertura durante o acolhimento sobre a dimensão social, considerando questões sobre sociabilização com a comunidade local, da cultura, etnia e religião. Constata-se que a atuação da gestão foi limitada, produzindo ações pontuais durante o acolhimento (jantar de boas-vindas, palestra informativa e confraternização de fim de ano), não sendo um marco de seu trabalho o estímulo a criação de laços com a comunidade local. Além disso, o ambiente de abrigo não contribuiu para o contato direto com a comunidade local, fechando o possível círculo social entre os migrantes venezuelanos e os trabalhadores do abrigo.

A conexão social com a comunidade local será provavelmente desenvolvida unicamente pelos migrantes em momento posterior ao tempo vivido no abrigo, provavelmente a partir de vivências em um novo ambiente social, por exemplo, no novo local de residência ou trabalho. Poderão assim construir laços afetivos, fazer amigos na vizinhança, no trabalho, com integrantes e frequentadores da igreja e de sua religião, ou ao participarem de atividades de lazer e eventos culturais de interesse na nova sociedade.

7.2.7 Dimensão habitacional

Ager e Strang (2008) mencionam o domínio da habitação. Com a análise documental, não foi possível encontrar na estratégia do Governo Federal a previsão na modalidade abrigo sobre o momento posterior ao tempo de alojamento temporário da Interiorização, deixando os migrantes totalmente responsáveis por sua integração no quesito moradia, após conseguirem sair do abrigo. Nesse sentido, menciona-se que a habitação é uma das dimensões da integração dos migrantes, mas não especificamente de atuação da gestão municipal durante o acolhimento.

Apesar disso, a gestão municipal teve uma atuação positiva sobre essa área. O auxílio na busca por opções de moradia para os venezuelanos durante o tempo do acolhimento. Na entrevista, a gestão do abrigo relatou essa pesquisa e, inclusive, foi possível observar na saída de campo os cartazes com anúncios de aluguel fixados nas paredes da área coletiva do abrigo. A equipe também contou que procurava e divulgava as opções com valores acessíveis, e isso ajudou com que eles encontrassem mais facilmente um lugar para morar após a saída do abrigo. Na entrevista, também foi relatado casos de migrantes que se conheceram no abrigo e depois seguiram dividindo uma nova moradia após a Interiorização, como forma de contornar os custos de moradia.

7.3 Legado para a cidade

Tendo em vista o desenvolvimento de capacidades até então desconhecidas para o ator local, é possível apontar que a participação de Cachoeirinha na Interiorização fez com que o poder público municipal colocasse a migração como uma de suas pautas de trabalho em âmbito local. Ao tratarem sobre a realização da Interiorização, Sampaio e Silva (2018) questionam: “quanto ao que fica de legado para as cidades acolhedoras em matéria de políticas públicas, desenvolvimento de capacidade de atores locais, equipamentos sociais, obras e políticas de desenvolvimento?” (SAMPAIO; SILVA, 2018, p. 392).

Foi possível constatar essa mudança no relato da experiência da Interiorização pela equipe de gestão do abrigo, em que foi marcante que a chegada dos venezuelanos fez com que os agentes públicos fossem sensibilizados sobre a temática e começassem a desenvolver a capacidade local de resposta às necessidades da população venezuelana recepcionada no município. A entrevista foi feita após a finalização do acolhimento da Interiorização na cidade e, naquele momento, o poder público estava dando continuidade ao vínculo estabelecido com

os venezuelanos recepcionados.

A Secretaria Municipal de Assistência Social, Cidadania e Habitação virou um local de referência para os venezuelanos, que costumam procurar sua equipe em diversas situações. A equipe relatou que segue trabalhando nos encaminhamentos gerais (principalmente na área de saúde e sobre documentação) e também com novas demandas, pois surgiram novas questões com a chegada dos familiares dos venezuelanos interiorizados. Por exemplo, vagas na educação infantil para as crianças e a elaboração de currículos para os adultos. A única área que não há mais atendimento é a oferta de abrigo especial, como oferecido na experiência da Interiorização.

Lussi (2005) sugere que as políticas públicas devem ser articuladas para atender as demandas específicas e complexas dos migrantes e refugiados. No momento da entrevista, foi relatado o indicativo de que o poder público municipal estava em fase de estruturação e preparo técnico para a ampliação de atendimentos ao público geral de migrantes na cidade. As comunidades senegalesa e haitiana estão presentes na cidade há muito tempo e, até então, conforme mencionado, não tinham essa relação de proximidade com a agenda política local e não contavam com uma atenção focalizada em suas demandas específicas.

Portanto, o legado da Interiorização para o município é o início de um olhar atento e sensível às demandas de sua população migrante, para os venezuelanos e possivelmente ampliando o olhar para as outras comunidades. A possibilidade de instalação de um serviço especializado do poder público para atender a população migrante local é um passo importante para o desenvolvimento técnico das capacidades do ator político local e para a geração de integração local para as comunidades migrantes na cidade.

8. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O fluxo migratório venezuelano tem se apresentado como o maior fenômeno de deslocamento humano dos últimos anos na América Latina e no Caribe, e um dos maiores em nível global¹⁵. O governo brasileiro criou a estratégia de Interiorização com o intuito de gerenciar o fluxo de chegadas em Roraima e de proporcionar, com a realocação, melhores condições de vida para os migrantes venezuelanos em outras localidades no Brasil.

Diante desse cenário, a Interiorização se destaca como uma iniciativa inédita de controle e de gestão de fluxo migratório, apresentando complexa operacionalização e atuação de diversos atores políticos, como agências internacionais, esferas governamentais e organizações da sociedade civil. No primeiro ano, período entre abril de 2018 a abril de 2019, foram 29 etapas de realização, envolvendo a realocação de mais de 5400 migrantes venezuelanos desde Roraima para, pelo menos, 17 estados e 50 cidades brasileiras¹⁶.

O presente trabalho teve como objetivo analisar a atuação do poder público municipal de Cachoeirinha na construção do processo de integração local durante os seis meses de acolhimento aos migrantes recepcionados na modalidade abrigo da Interiorização. Para essa investigação, foram utilizados como métodos de pesquisa a revisão da literatura, análise documental, consulta em fontes de dados secundários, uma saída de campo de acompanhamento de visita ao abrigo e a entrevista coletiva com a equipe que gerenciou o espaço do abrigo.

Assim, ao analisar a trajetória de articulações da gestão municipal no processo de integração local, identificou-se a atuação nas seguintes dimensões: saúde, normativa, educação, laboral, social e habitacional. De forma geral, a integração local foi desenvolvida pela cidade de destino da Interiorização de forma independente, com ações nas áreas especificadas para suprir as demandas apresentadas pelo grupo recepcionado.

A análise indicou que o foco do acolhimento foi a integração laboral, sendo possível constatar ampla atuação do poder público, com a realização de parcerias e intermediações para contratações. Isso possibilitou que, ao final do tempo de funcionamento do abrigo da Interiorização, os venezuelanos recepcionados estavam empregados ou envolvidos em atividades remuneradas temporárias.

Constatou-se, ainda, que a inserção laboral foi a partir do preenchimento de vagas com

¹⁵ A informação pode ser encontrada aqui: <https://nacoesunidas.org/numero-de-refugiados-e-migrantes-da-venezuela-ultrapassa-4-milhoes-segundo-acnur-e-oim/>. Acesso em: 07 jun. 2019.

¹⁶ A informação pode ser encontrada aqui: <https://nacoesunidas.org/resposta-brasileira-aos-venezuelanos-e-referencia-para-outros-governos-diz-oficial-da-onu>. Acesso em: 07 jun. 2019.

baixos salários, com a exposição dos migrantes venezuelanos a situações de subemprego e exploração de sua mão de obra. Ao mesmo tempo, importante ressaltar que esse cenário também foi encontrado na literatura em relatos sobre outras cidades brasileiras que receberam a modalidade abrigo da Interiorização. Isso indica que a precariedade na integração laboral não é uma vivência exclusiva de Cachoeirinha, e que pode fazer parte de uma realidade enfrentada por migrantes e refugiados no Brasil de forma geral.

Na análise, também foi possível observar um destaque quanto à cobertura de serviços públicos nas áreas da saúde e assistência social do município, em que os migrantes foram bem acolhidos e tiveram suas demandas encaminhadas. A dimensão normativa foi parcialmente solucionada antes da chegada, já que para os migrantes venezuelanos participarem da Interiorização era necessário já ter sua regularização migratória em andamento. No entanto, demandas pontuais surgiram durante o acolhimento local, e a atuação da gestão municipal nesse quesito foi incipiente. O ator local não estava preparado para lidar com essas demandas, pois a gestão não tinha envolvimento prévio na temática das migrações, e isso pode ter afetado seu desempenho no encaminhamento de soluções no curto prazo.

Na área da educação, não houve demandas durante o acolhimento para o poder público local pois o grupo recepcionado era composto por homens adultos, mas houve outras questões normativas na área educacional a serem resolvidas. Nessas situações, o poder público não conseguiu encaminhar soluções, já que as dificuldades estavam além de sua atuação, como a falta de documentação necessária para a revalidação de diplomas e o entrave burocrático de outras esferas governamentais.

A dimensão social foi desenvolvida através de ações pontuais, demonstrando pouca atuação do poder público nesse quesito durante o acolhimento. Além disso, o ambiente do abrigo contou com a presença apenas dos funcionários e dos migrantes venezuelanos. Isso indica então que a conexão social com a comunidade local só será construída em relações e vínculos após o acolhimento temporário no abrigo. Por isso, constata-se que os migrantes serão os protagonistas de sua integração na dimensão social.

Outro achado da pesquisa foi que a participação de Cachoeirinha na Interiorização proporcionou a sensibilização de agentes locais e poder público sobre o tema das migrações. Isso é um importante legado da Interiorização para o município, já que o poder público municipal continua atuando como ator político na integração local dos migrantes venezuelanos após a finalização da experiência na cidade.

No momento de realização desta pesquisa, o poder público estava planejando ampliar os atendimentos institucionalizados para outras comunidades migrantes já presentes no

município. Isso também indica que a Interiorização gerou maior comprometimento e responsabilização do poder público com a promoção do bem estar da população migrante.

Cabe ressaltar aqui as limitações desta pesquisa, já que o recorte pretendido para este trabalho foi o viés institucional e de analisar apenas o papel exercido pela gestão municipal. Devido a recursos limitados, como tempo e espaço disponíveis para a realização de um Trabalho de Conclusão de Curso, não foi possível contemplar outras abordagens sobre a temática. Embora seja uma limitação encontrada, pode também ser vista como uma possibilidade de novos olhares em futuras pesquisas, como uma investigação sobre a vivência e as percepções dos migrantes venezuelanos participantes sobre o acolhimento local da Interiorização. Além disso, ressalta-se a importância de pesquisas sociais que investiguem a Interiorização como ação federal e sua execução em âmbito local, que possam verificar o alcance da estratégia para além do número de realocações.

Por fim, destaca-se o papel do poder público municipal na garantia de acesso e na provisão de serviços públicos, institucionalizando as demandas dos migrantes venezuelanos recepcionados em suas ações para a transformação coletiva da realidade local. Importante também a atuação em rede com as demais esferas de governo, que precisam exercer suas responsabilidades para o atendimento às especificidades advindas da migração e do refúgio.

REFERÊNCIAS

ACNUR. Interiorização de venezuelanos ultrapassa marca de 4.700 pessoas beneficiadas. **ACNUR**, fev., 2019. Disponível em: <https://www.acnur.org/portugues/2019/02/15/interiorizacao-de-venezuelanos-ultrapassa-marca-de-4-700-pessoas-beneficiadas/>. Acesso em 23 abr. 2019.

ACNUR; OIM. Plan Regional de Respuesta para refugiados y migrantes. Respuesta a los Venezolanos – Plataforma de Coordinación para Refugiados y Migrantes de Venezuela. **R4V-ACNUR/OIM**, 2019a. Disponível em: <https://r4v.info/es/documents/details/68669>. Acesso em 8 maio 2019.

ACNUR; OIM. América Latina y el Caribe, refugiados y migrantes venezolanos en la región – Marzo 2019. Respuesta a los Venezolanos – Plataforma de Coordinación para Refugiados y Migrantes de Venezuela. **R4V-ACNUR/OIM**, 2019b. Disponível em: <https://r4v.info/es/documents/details/68962>. Acesso em 8 maio 2019.

ACNUR; OIM. Plataforma de coordinación para refugiados y migrantes de Venezuela. Respuesta a los Venezolanos – Plataforma de Coordinación para Refugiados y Migrantes de Venezuela. **R4V-ACNUR/OIM**, 2019c. Disponível em: <https://r4v.info/es/situations/platform>. Acesso em 8 maio 2019.

AGER, Alastair; STRANG, Alison. Understanding Integration: A Conceptual Framework. **Journal of Refugee Studies**. Oxford: vol. 21, n. 2, p. 166-191, 2008. Disponível em: <https://academic.oup.com/jrs/article/21/2/166/1621262>. Acesso em: 02 mar. 2019.

AZEVEDO, Alan; FERREIRA, Allana. Interiorização renova sonhos e cria oportunidades para mais 5 mil venezuelanos no Brasil. **ACNUR**, 19 mar., 2019. Disponível em: <https://www.acnur.org/portugues/2019/03/19/interiorizacao-venezuelanos-sonhos-oportunidades>. Acesso em 07 maio 2019.

BAENINGER, Rosana. et al. (Org.). **Imigração Haitiana no Brasil**. Jundiaí: Paco Editorial, 2016.

BAENINGER, Rosana; SILVA, João Carlos Jarochinski (coord.). **Migrações Venezuelanas**. Campinas: Unicamp, 2018.

BALTAR, Cláudia Siqueira; BALTAR, Ronaldo; FAVERO, Deusa Rodrigues. Política de “Interiorização” da migração venezuelana recente: considerações a partir do estado do Paraná. In: BAENINGER, ROSANA; SILVA, João Carlos Jarochinski (coord.). **Migrações Venezuelanas**. Campinas: Unicamp, 2018.

BERVIAN, Lígia; ROSO, Adriane. Imigração e políticas públicas: um estudo com imigrantes argentinos e uruguaios. **Revista Sociais e Humanas**. Santa Maria: v. 26, n. 2, p. 229-242, 2013. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/sociaisehumanas/article/view/5684>. Acesso em: 15 maio 2019.

BOFF, Thiago. Prefeitos gaúchos chegam a Roraima para conhecer drama dos venezuelanos. **Gaúcha Zero Hora**, dez., 2019. Disponível em:

<https://gauchazh.clicrbs.com.br/geral/noticia/2018/12/prefeitos-gauchos-chegam-a-roraima-para-conhecer-drama-dos-venezuelanos-cjprg46fh0lp901pirmysi2ly.html>. Acesso em 23 abr. 2019.

BRASIL. Casa Civil. Apresentação Assistência Emergencial aos Imigrantes Venezuelanos. Brasília, 2018a. Disponível em: <http://www.casacivil.gov.br/operacao-acolhida/documentos>. Acesso em 27 mar. 2019.

BRASIL. Casa Civil. Apresentação 8ª Reunião Comitê Federal de Assistência Emergencial. Brasília, 2018b. Disponível em: <http://www.casacivil.gov.br/operacao-acolhida/documentos>. Acesso em 27 mar. 2019.

BRASIL. Casa Civil. Relatório Trimestral do Comitê Federal de Assistência Emergencial. Brasília, 2018c. Disponível em: <http://www.casacivil.gov.br/operacao-acolhida/documentos>. Acesso em 27 mar. 2019.

BRASIL. Casa Civil. Ata 1ª Reunião Comitê Federal Assistência Emergencial. Brasília, 2018d. Disponível em: <http://www.casacivil.gov.br/operacao-acolhida/documentos>. Acesso em 27 mar. 2019.

BRASIL. Casa Civil. Ata 2ª Reunião Comitê Federal Assistência Emergencial. Brasília, 2018e. Disponível em: <http://www.casacivil.gov.br/operacao-acolhida/documentos>. Acesso em 27 mar. 2019.

BRASIL. Casa Civil. Segundo Relatório Trimestral do Comitê Federal de Assistência Emergencial. Brasília, 2018f. Disponível em: <http://www.casacivil.gov.br/operacao-acolhida/documentos>. Acesso em 27 mar. 2019.

BRASIL. Casa Civil. Estudo OIM/ONU - Monitoramento do Fluxo Migratório Venezuelano. Brasília, 2018g. Disponível em: <http://www.casacivil.gov.br/operacao-acolhida/documentos>. Acesso em 27 mar. 2019.

BRASIL. Casa Civil. Apresentação ONU - Reunião Comitê Federal de Assistência Emergencial. Brasília, 2018h. Disponível em: <http://www.casacivil.gov.br/operacao-acolhida/documentos>. Acesso em 27 mar. 2019.

BRASIL. Exército Brasileiro. Operação Acolhida: Interiorização de venezuelanos ultrapassa marca de 4700 pessoas beneficiadas. Brasília, 2018i. Disponível em: https://www.eb.mil.br/web/noticias/noticiario-do-exercito/-/asset_publisher/MjaG93KcunQI/content/operacao-acolhida-interiorizacao-de-venezuelanos-ultrapassa-marca-de-4-700-pessoas-beneficiadas/8357041. Acesso em 23 abr. 2019.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social. Grupo de venezuelanos é transferido para Brasília, São Paulo e Rio Grande do Sul. Brasília, 2018j. Disponível em: <http://mds.gov.br/area-de-imprensa/noticias/2018/setembro/grupo-de-venezuelanos-e-transferido-para-brasilia-sao-paulo-e-rio-grande-do-sul>. Acesso em 23 abr. 2019.

BRASIL. Rede Nacional de Rádio. Campanha traz informações sobre interiorização de venezuelanos. Brasília, 2019. Disponível em: <http://redenacionalderadio.com.br/releases/10->

04-2019-release-interiorizacao-venezuelanos-finalizado-03m20s.mp3/view. Acesso em 14 maio 2019.

CARVALHO, Letícia; PARISE, Paolo; PEREIRA, José Carlos. Venezuelanos acolhidos na Missão Paz: do lugar para descanso à incidência política e inserção social. In: BAENINGER, ROSANA; SILVA, João Carlos Jarochinski (coord.). **Migrações Venezuelanas**. Campinas: Unicamp, 2018.

CASTLES, Stephen; KORAC, Maja; VASTA, Ellie; VERTOVEC, Steven. **Integration: mapping the field**. London: Home Office Immigration Research and Statistics Service, 2002.

CASTRO, Maria da Conceição Gomes de; FERNANDES, Duval. Migração venezuelana para o Brasil: entre o silêncio e o acolhimento, uma experiência no estado de Minas Gerais. In: BAENINGER, ROSANA; SILVA, João Carlos Jarochinski (coord.). **Migrações Venezuelanas**. Campinas: Unicamp, 2018.

CRISP, Jeff. The local integration and local settlement of refugees: a conceptual and historical analysis. **New Issues in Refugee Research**. UNHCR - Geneva, 2004. Disponível em: <https://www.unhcr.org/en-us/research/working/407d3b762/local-integration-local-settlement-refugees-conceptual-historical-analysis.html>. Acesso em: 02 fev. 2019.

FERNANDES, Márcia. FAB transporta 187 venezuelanos por três capitais. **Rede Nacional de Rádio**. Brasília, 28 ago., 2018. Disponível em: <http://redenacionalderadio.com.br/programas/conversa-seria/28-08-18-conversa-seria-refugiados-venezuelanos-5m-57s.mp3/view>. Acesso em: 23 mar. 2019.

FIGUEIREDO, Luiz Orencio; ZANELATTO, João Henrique. Legislação e políticas públicas voltadas à imigração no Brasil. **Revista Internacional de História Política e Cultura Jurídica**. Rio de Janeiro, vol. 8, n.2, p. 252-274, maio-ago, 2016.

FONSECA, Carlos Eduardo. Operação Acolhida - Histórico. **Casa Civil**, Brasília, 2019. Disponível em: <http://www.casacivil.gov.br/operacao-acolhida/historico>. Acesso em 27 abr. 2019.

FONSECA, Carlos Eduardo. Operação Acolhida - Perguntas e Respostas. **Casa Civil**, Brasília, 2018. Disponível em: <http://www.casacivil.gov.br/operacao-acolhida/perguntas-e-respostas>. Acesso em 27 mar. 2019.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 6ª ed., 2008.

HOWLETT, Michael; RAMESH, M.; PERL, Anthony. **Política Pública: seus ciclos e subsistemas**. Uma abordagem integradora. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013.

KUHLMAN, Tom. The Economic Integration of Refugees in Developing Countries: A Research Model. **Journal of Refugee Studies**. Oxford: v. 4, n. 1, p. 1-21, 1991. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/31258421_The_Economic_Integration_of_Refugees_in_Developing_Countries_A_Research_Model. Acesso em: 05 fev. 2019.

LUSSI, Carmem. Políticas públicas e desigualdades na migração e refúgio. **Psicol. USP**, São Paulo, v.26, n.2, p.136-144, ago. 2015. Disponível em:

http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010365642015000200136&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 14 mar. 2019.

MOREIRA, Julia Bertino. Refugiados no Brasil: reflexões acerca do processo de integração local. **REMHU, Rev. Interdiscip. Mobil. Hum.** Brasília, v. 22, n. 43, p. 85-98, dez. 2014. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1980-85852014000200006&lng=en&nrm=iso. Acesso em 04 fev. 2019.

NORONHA, Gabriela. Voz do Brasil - Poder Executivo. **Rede Nacional de Rádio**. Brasília, 30 ago., 2018. Disponível em: <http://redenacionalderadio.com.br/programas/a-voz-do-brasil/voz300818.mp3/view>. Acesso em 26 fev. 2019.

NUNES, Ramon. Venezuelanos farão aulas de português e são convidados para festejos do mês Farroupilha. **Gaúcha Zero Hora**, set., 2018. Disponível em: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/geral/noticia/2018/09/venezuelanos-farao-aulas-de-portugues-e-sao-convidados-para-festejos-do-mes-farroupilha-cjlq113ek013f01mnivkf5di4.html>. Acesso em: 01 mar. 2019.

OIM. Estratégia de Interiorização dos venezuelanos - Relatório dos movimentos assistidos pela OIM - Março/2019. **OIM**, 2019. Disponível em: <http://www.casacivil.gov.br/operacao-acolhida/documentos/oim-brasil-informe-de-interiorizacao-marco-2019/view>. Acesso em 7 abr. 2019.

ONU. Com assistência da ONU, 130 venezuelanos são interiorizados para Mato Grosso do Sul. **ONU**, 2019a. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/com-assistencia-da-onu-130-venezuelanos-sao-interiorizados-para-mato-grosso-do-sul/> Acesso em 25 abr. 2019.

ONU. Mais de 3,4 milhões de venezuelanos já deixaram o país. **ONU**, 2019b. Disponível em: <https://news.un.org/pt/story/2019/02/1661091>. Acesso em 23 abr. 2019.

ONU. Resposta brasileira aos venezuelanos é referência para outros governos, diz oficial da **ONU**, 2019c. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/resposta-brasileira-aos-venezuelanos-e-referencia-para-outros-governos-diz-oficial-da-onu/>. Acesso em 29 abr. 2019.

ONU. ‘Interiorização é a nossa esperança por melhores oportunidades’, diz venezuelano no Brasil. **ONU**, 2019d. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/interiorizacao-e-a-nossa-esperanca-por-melhores-oportunidades-diz-venezuelano-no-brasil/>. Acesso em 23 abr. 2019.

PENNINX, Rinus. Integration of migrants: Economic, social, cultural and political dimensions. **The new demographic regime: Population challenges and policy responses**. United Nations. New York/Geneva: p. 137-152, 2005. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/254920820_Integration_of_migrants_Economic_social_cultural_and_political_dimensions. Acesso em: 03 fev. 2019.

QUEIJO, Diego. Interiorização de imigrantes venezuelanos completa 1 ano. **Rede Nacional de Rádio**. Brasília, 8 abr., 2019. Disponível em: <http://redenacionalderadio.com.br/programas/e-noticia/08-04-19-interiorizacao-de-venezuelanos-promovida-pelo-ministerio-da-cidadania-completa-1-ano-1.mp3/view>. Acesso em: 13 maio 2019.

ROSA, William T. Laureano da; MERIGUETI, Diego Souza. O atendimento a venezuelanos realizado pela Cáritas de São Paulo em contexto de controle do fluxo migratório. In: BAENINGER, ROSANA; SILVA, João Carlos Jarochinski (coord.). **Migrações Venezuelanas**. Campinas: Unicamp, 2018.

SAMPAIO, Cyntia; SILVA, João Carlos Jarochinski. Complexidade x singularidade - a necessidade de outras soluções duradouras. In: BAENINGER, ROSANA; SILVA, João Carlos Jarochinski (coord.). **Migrações Venezuelanas**. Campinas: Unicamp, 2018.

SCUR, Noele. Porto Alegre recebe novo grupo de imigrantes venezuelanos. **Gaúcha Zero Hora**, mar., 2019. Disponível em: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/porto-alegre/noticia/2019/03/porto-alegre-recebe-novo-grupo-de-imigrantes-venezuelanos-cjt8d2m91036u01ujh465zqfa.html>. Acesso em 23 abr. 2019.

SECCHI, Leonardo. **Políticas Públicas: Conceitos, esquemas de análise, casos práticos**. São Paulo: Cengage Learning, 2ª ed., 2013.

SILVA, João Carlos Jarochinski. Uma política migratória reativa e inadequada - a migração venezuelana para o Brasil e a Resolução n. 126 do Conselho Nacional de Imigração (CNIG). In: BAENINGER, Rosana et al. (org.). **Migrações Sul-Sul**. Campinas: Unicamp, 2018.

UNHCR. Venezuela Situation: responding to the need of people displaced from Venezuela. **UNHCR**, 2018. Disponível em: <https://data2.unhcr.org/en/documents/download/63088>. Acesso em 7 maio 2019.